

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

JORGE LUIZ BUERGER

ADOCIMENTO E À FALTA AO TRABALHO DOS PROFESSORES NUM MUNICÍPIO
PEQUENO EM SANTA CATARINA

JARAGUÁ DO SUL

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Buerger, Jorge Luiz

Adoecimento e à falta ao trabalho dos professores num
município pequeno em Santa Catarina / Jorge Luiz Buerger ;
orientador, Marcelo Macedo, 2021.

58 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Administração, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Absenteísmo. 3. Adoecimento docente.
4. Município pequeno. 5. Atestado médico. I. Macedo,
Marcelo. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Administração. III. Título.

JORGE LUIZ BUERGER

ADOCIMENTO E À FALTA AO TRABALHO DOS PROFESSORES NUM MUNICÍPIO
PEQUENO EM SANTA CATARINA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina, PNAP4/EAD -
TRABALHO DE CONCLUSÃO IV como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Administração Pública pela
Universidade Federal de Santa Catarina.

Área de concentração: Gestão Pública Municipal

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Macedo

JARAGUÁ DO SUL

2021

Jorge Luiz Buerger

**Adoecimento e à falta ao trabalho dos professores num município pequeno em Santa
Catarina**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Administração Pública e aprovado em sua forma final pelo Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Jaraguá do Sul, 14 de julho de 2021.

Examinadores:

Prof. Marcelo Macedo
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Arcângelo dos Santos Safanelli
Parecerista
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO:

O adoecimento e falta do professor em sala de aula é sempre motivo de transtorno para os alunos e para os gestores da educação. A maioria dos trabalhos que abordam esta temática consideram realidades de municípios maiores ou de metrópoles, portanto faz-se necessário observar como essa realidade se manifesta em um município pequeno. Este estudo procura identificar os motivos que levam os professores ao adoecimento e a falta ao trabalho no município de Pomerode - Santa Catarina. Foram consideradas publicações acerca do adoecimento do professor, o que faz com que esse não compareça ao trabalho, deixando assim de cumprir seu papel na educação básica. Foram analisados os atestados médicos apresentados pelos professores da rede municipal de ensino que atende a educação infantil e o ensino fundamental. Na análise, são quantificados os professores que apresentaram atestado médico, qual o vínculo dos mesmos com o município, quantos são efetivos no cargo e quantos são ACT (Admitidos em Caráter Temporário), qual a área de atuação (disciplina) do professor que apresentou atestado médico, quais atestados médicos têm anotação da CID (Classificação Internacional de Doenças) e quais não têm. Também é feito relato e quantificação de todas as tipologias de doenças anotadas nos atestados médicos. Como resultado, observou-se que os professores adoecem mais por problemas do aparelho respiratório do que outras patologias observadas em estudos de municípios maiores que apontam prevalentemente as doenças de transtornos mentais e comportamentais, também aparentes nesta realidade singular, sem no entanto ser prevalente. A análise detalhada dos motivos do adoecimento do professor contribui para que o gestor possa pensar e implementar políticas de recursos humanos que minimizem a incidência do adoecimento do professor e o professor repense sua prática, cuide de sua saúde e valorize sua atividade profissional.

Palavra Chave: Absenteísmo. Adoecimento docente. Município pequeno.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de atestados médicos apresentados no ano de 2019 por professores ACTs e Efetivos.....	29
Gráfico 2 – Quantidade de dias, anotados nos atestados médicos, que os professores ficaram afastados do trabalho no ano de 2019.....	29
Gráfico 3 – Atestados de professores efetivos e ACTs.....	30
Gráfico 4 – Proporção de professores efetivos e ACTs com relação ao conjunto dos professores da rede municipal.....	31
Gráfico 5 – Distinção de professores por gênero.....	32
Gráfico 6 – Quantitativo de professores que apresentaram atestado médico por área de atuação.....	33
Gráfico 7 – Quantitativo de professores dos anos finais do Ensino Fundamental por disciplinas específicas que apresentaram atestado médico.....	34
Gráfico 8 – Quantitativo de professores ACTs que apresentaram de um a dezenove atestados médicos no ano de 2019.....	35
Gráfico 9 – Quantitativo de professores Efetivos que apresentaram de um a quatorze atestados médicos no ano de 2019.....	36
Gráfico 10 – Quantitativo de anotações da CID nos atestados médicos.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	6
1.2 OBJETIVO GERAL.....	7
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	7
1.4 JUSTIFICATIVA.....	8
1.5 ESTRUTURA DO TEXTO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	11
2.2 ADOECIMENTO EM DOCENTES NA EDUCAÇÃO.....	13
2.3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO CONDIÇÃO DE ADOECIMENTO NO CONTEXTO ATUAL.....	16
2.4 FATORES DO ADOECIMENTO DOS PROFESSORES.....	17
2.5 ABSENTEÍSMO DO PROFESSOR: IMPACTOS NO LIMITE FINANCEIRO.....	19
2.6 A FALTA DO PROFESSOR E OS EFEITOS SOBRE O DESEMPENHO ESCOLAR. .	20
3 METODOLOGIA.....	21
3.1 ETAPAS DA PESQUISA: FLUXOGRAMA E DESCRIÇÃO.....	21
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	24
3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	25
3.3.1 Quanto aos Objetivos/Fins.....	25
3.3.2 Quanto aos Procedimentos/Meios.....	26
3.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	27
4 RESULTADOS.....	28
4.1 PROFESSORES QUE APRESENTARAM ATESTADO MÉDICO DE ATÉ QUINZE DIAS NO ANO DE 2019.....	28
4.2 PROFESSORES EFETIVOS E PROFESSORES ACTs QUE APRESENTARAM ATESTADO MÉDICO DE ATÉ QUINZE DIAS NO ANO DE 2019.....	30

4.3 PROPORÇÃO DE PROFESSORES EFETIVOS E ACTs QUE APRESENTARAM ATESTADO MÉDICO DE ATÉ QUINZE DIAS NO ANO DE 2019 RELACIONADO AO NÚMERO TOTAL DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	31
4.4 PROFESSORES QUE APRESENTARAM ATESTADO MÉDICO POR GÊNERO.....	32
4.5 PROFESSORES POR ÁREA DE ATUAÇÃO.....	33
4.6 QUANTIDADE DE ATESTADOS MÉDICOS APRESENTADOS POR CADA PROFESSOR.....	34
4.7 MOTIVOS DE ADOECIMENTO DOS PROFESSORES ATRAVÉS DA CONSULTA AOS ATESTADOS MÉDICOS.....	36
5 DISCUSSÕES.....	41
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O professor ocupa um lugar importante de fala no discurso educacional reunindo um conjunto de saberes, reflexões, práticas e metodologias acerca do ensino e da aprendizagem. Seu papel de sujeito influencia o assujeitamento dos seus alunos. Fanizzi (2020) ressalta a figura do docente como professor narrador, no sentido que na narrativa a relação entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Daí se mostra necessária a implicação subjetiva das duas partes — professor/aluno, narrador/ouvinte. Isto é, ambos exercem papel ativo, autoral. O professor, ao colocar-se no laço educativo como sujeito, como alguém sob posse daquilo que propõe e professa, revestido da autoridade que tal condição lhe compete, abre ao aluno a possibilidade de vir a ocupar também esse lugar.

Ao solicitar afastamento, prorrogação de afastamento e readaptação de sua função por motivos de problemas com sua saúde, o professor interrompe essa possibilidade e função. Tais situações são recorrentes em várias instituições públicas ou privadas de ensino. (PENTEADO, SOUZA NETO, 2020) Essa realidade precisa ser investigada para se identificar os motivos que levam a este adoecimento e conseqüente afastamento do professor das suas atividades.

A ausência do professor em seu lugar de trabalho pode trazer prejuízos para os alunos e para a unidade escolar. Para os alunos, pois têm interrompido a sequência de seu aprendizado, e para a unidade escolar, que precisa providenciar a substituição deste profissional afastado até seu retorno. Nesse sentido, é preciso mensurar o prejuízo na aprendizagem dos alunos com o afastamento de seu professor e com a substituição por outro. A instituição tem investimento duplo: no profissional afastado e no profissional que o substitui. A gestão de recursos humanos precisa conhecer esta realidade para estabelecer políticas adequadas que diminuam tal prejuízo pessoal e institucional. (TAVARES; CAMELO E KASMIRSKI, 2020).

De posse dessas informações faz-se necessário identificar quem são esses professores, o gênero, qual vínculo têm com a rede municipal de educação, em que área da educação básica atuam, quantas vezes faltaram ao trabalho e os motivos do seu adoecimento. Com isso, verificar como as instituições consideraram a vida pessoal do colaborador, analisando aspectos que a organização providencia para que a atuação do professor seja cada vez mais

positiva. (OLIVEIRA; MEDEIROS, 2011, p. 112-115).

Pesquisar a saúde/doença do professor e seu consequente afastamento faz refletir sobre sua condição de saúde e doença e, com isso, cogitar políticas de promoção, prevenção e reabilitação de saúde.

Tal problemática tem sido objeto de pesquisa nas últimas décadas principalmente analisando a realidade de instituições maiores e grandes redes de ensino público. Geralmente as pesquisas se voltam para a investigação da realidade em municípios de médio e grande porte e considerando abordagens amostrais desta realidade. (PENTEADO, SOUZA NETO, 2020) O desafio deste trabalho é fazer a pesquisa em um município pequeno que constata as mesmas dificuldades encontradas em realidades maiores que a sua.

Tais indagações levam a questionar: quais os motivos que levam os professores ao adoecimento e à falta ao trabalho num município pequeno?

Com o intuito de orientar o trabalho na busca da resposta à pergunta-problema, foi definido o objetivo geral deste trabalho e, complementarmente, foram propostos os objetivos específicos.

1.2 OBJETIVO GERAL

Identificar os motivos que levam os professores ao adoecimento e à falta ao trabalho no município de Pomerode - Santa Catarina.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Foram enumerados quatro objetivos específicos que pretendem apontar os elementos delineadores da metodologia adotada na presente pesquisa.

- Conhecer o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem na educação básica.
- Descrever as políticas de Recursos Humanos de gestão de saúde do trabalhador/servidor público em Pomerode.
- Analisar a quantidade e o perfil dos professores que faltam ou se afastam do seu trabalho por motivo de doença em Pomerode.
- Identificar as justificativas para a ausência ao trabalho dos professores.

1.4 JUSTIFICATIVA

Não raro, gestores das redes de ensino consideram que o elevado índice de faltas dos professores ao trabalho é o principal problema enfrentado pelo dia a dia das escolas. O absenteísmo dos professores é considerado um dos maiores problemas na unidade escolar para seu gestor. Além dos custos financeiros e administrativos que as faltas impõem, deve haver também um custo sobre o aprendizado dos alunos. (TAVARES; CAMELO E KASMIRSKI, 2020, p. 13).

A falta do professor ao trabalho por motivo de doenças quase sempre está associada a vários fatores. Os mais comuns, apontados pela literatura a respeito deste assunto, estão associados às condições inadequadas de trabalho e também com a insatisfação quanto a capacidade de trabalho influenciados por fatores sociais, psicológicos e físicos. (RODRIGUES, et all., 2020, p. 147).

Há também análises que associam o absenteísmo dos professores e seu adoecimento a fatores ligados ao cenário liberal marcado pela precarização do trabalho com intensa jornada diária de trabalho, excesso de controle institucional, flexibilização das relações trabalhistas, sobrecarga de trabalho, intensa desvalorização do trabalho, controle institucional e sucateamento da infraestrutura disponível para sua atuação. (CAMPOS, VÉRAS, ARAÚJO, 2020).

Considerando a produção acadêmica que aborda a problemática do mal-estar, dos sofrimentos e adoecimentos de professores, é possível inferir que um número maior delas é fruto de pesquisas empíricas. Nessas análises, é possível observar que a maioria destes trabalhos foram realizados em realidades de grandes redes de ensino. Muitas delas pesquisaram as redes estaduais de ensino ou redes municipais de ensino de municípios de grande porte ou de metrópoles. (PENTEADO, SOUZA NETO, 2020) Não é comum encontrar pesquisas que utilizem a realidade do adoecimento dos professores nos municípios pequenos do Brasil. Aqui se aponta uma lacuna em não considerar uma realidade tão significativa no país que tem 89% dos municípios com menos de cinquenta mil habitantes (IBGE, 2020c)

A tabela abaixo mostra os números de municípios no Brasil de acordo com a população de cada um:

Tabela 1: Classes de tamanho da população dos municípios (Censo 2020)

BRASIL	Total de municípios: 5 565
População (nº de habitantes)	Nº de municípios
Até 2 000	118
De 2 001 a 5 000	1 183
De 5 001 a 10 000	1 212
De 10 001 a 20 000	1 401
De 20 001 a 50 000	1 043
De 50 001 a 100 000	325
Mais de 100 000	283
- De 100 001 a 500 000	245
- Mais de 500 000	38

Fonte: IBGE, 2020a

Os principais centros de estudo e pesquisa no Brasil estão situados nas grandes cidades brasileiras. Lá, os grupos de estudo, seja de graduação ou de pós-graduação, empenham-se na investigação das diferentes realidades e questões apresentadas à ciência. Quase sempre é deste lugar que se fazem as análises e são apontadas situações que servem de base para a tomada de decisões e estabelecimento de políticas públicas para o país. A disponibilidade de um campo mais amplo de pesquisa, especialmente ao se considerar a questão demográfica, tem levado os pesquisadores a escolher os municípios maiores ou as grandes realidades para apontar as problemáticas e propor soluções às mesmas. (NEVES; FARIA, 2021).

Neste trabalho, o intuito é trazer a investigação para a realidade de um município pequeno. A reflexão a partir da realidade desse espaço contribuirá para ampliar a produção de conhecimentos que possam orientar as práticas e políticas públicas valorizando as peculiaridades que necessitam ser consideradas em particular e que nem sempre são examinadas nos estudos a partir de espaços maiores. (BUERGER, 2020, p. 22).

O município escolhido para a pesquisa é o município de Pomerode, localizado no Médio Vale do Itajaí-Açú, no estado de Santa Catarina, no sul do Brasil. É uma pequena cidade com pouco mais de 34 mil habitantes (IBGE, 2020b). Tranquila e charmosa, é reconhecida por suas tradições, belezas naturais e ótima qualidade de vida. Há mais de 140 anos, o município preserva os traços culturais herdados dos colonizadores vindos da Pomerânia.

Os principais setores econômicos do município são a indústria, o comércio, os serviços e de forma particular o turismo. (SEBRAE/SC, 2018).

Em 2015, a taxa de escolarização de seis a quatorze anos de idade no município era de

98,7%. A nota do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município em 2017 foi de 7,0 e nos anos finais do Ensino Fundamental foi de 5,7. (QEDU, 2020) De acordo com a contagem do último Censo Escolar, o município tem matriculado na rede pública municipal de ensino 4.721 alunos em 21 unidades escolares. (INEP, 2020) No município funcionam ainda duas escolas particulares, que atendem a toda educação básica. Tem também três escolas da rede pública estadual que atendem alunos do ensino médio. O SENAI atende ao ensino profissionalizante em nível de aprendizagem industrial e cursos técnicos. (POMERODE, 2020a).

Há críticas quanto ao absentismo, pois pode impactar negativamente o desempenho dos estudantes, porém, é necessário considerar que, em alguns lugares, no setor público há uma permissividade exagerada dos estados em relação às faltas. Escolher o adoecimento e a falta do professor na rede pública de um município pequeno é querer identificar de que forma essas realidades se revelam ou se ocultam nesta esfera de governo. (AZEVEDO, 2020).

1.5 ESTRUTURA DO TEXTO

Quanto à estrutura, este estudo possui sete capítulos: introdução, fundamentação teórica, metodologia, resultados, discussões, considerações finais e referências. Na introdução é feita a contextualização do tema e apresentação do problema de pesquisa. Nesta primeira parte ainda são descritos o problema da pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos e justificativa. No segundo capítulo são revisitados alguns estudos que servem de referências teóricas sobre o adoecimento e a falta do professor ao trabalho e suas consequências.

O terceiro refere-se à metodologia adotada para a realização da pesquisa. Nesta seção são apresentadas as etapas da pesquisa através de um fluxograma e descrição do mesmo, como também caracterização, delineamento e delimitação da pesquisa. No quarto capítulo, está contida a descrição dos dados, com destaque para os resultados obtidos pela pesquisa. O quinto traz a discussão dos resultados gerados, contextualizando as peculiaridades à luz do referencial teórico apresentado no capítulo dois.

No capítulo seis, constam as considerações finais, com ênfase nos principais resultados da pesquisa. No sétimo e último capítulo, são apresentadas as referências teóricas utilizadas neste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A figura do professor é presente na história da educação há muito tempo. Sua atuação docente se adequa às condições históricas e às mudanças e permanências que se dão ao longo dos acontecimentos. Ao considerar as mudanças históricas é importante ressaltar que elas não ocorreram de forma igual em todos os lugares. Povos antigos ou mais atuais vivem tempos, espaços e experiências diversificadas. O ser humano, desde o período considerado como pré-história, foi descobrindo e desenvolvendo novas habilidades e tecnologias e sentiu necessidade de transmitir às gerações vindouras aquilo que descobriu e aperfeiçoou, ou seja, utilizou a prática da docência. (ARANHA, 2006, p. 20-21).

Nas comunidades tribais (anteriores à descoberta da escrita, cerca de 3500 anos antes de Cristo) acontecia a educação chamada difusa. O trabalho de ensino se dava através de experiências de vida e as crianças aprendiam para a vida e por meio da vida. Com o passar do tempo e o desenvolvimento de técnicas e ofícios mais especializados, a sociedade se tornou mais complexa, surgem as cidades e a escrita é descoberta. Nesse contexto, surge o lugar do ensino, a escola, ainda que restrita a poucos e muito tradicionalista. A educação para os povos gregos antigos estava centrada na formação integral – corpo e espírito. Era forte o ensino na família tendo presente elementos religiosos. Já a antiguidade romana se caracterizou pelo ensino das humanidades, heroico-patrícia e cosmopolita. No Império Romano a formação intelectual era restrita à elite dominante (ARANHA, 2006).

Segundo Aranha (2006, p. 101-102), na Idade Média a educação ficou marcada pela mediação da fé. Um período riquíssimo de aprendizado. Em alguns lugares o ensino era praticado de forma familiar nos feudos e incentivado pela Igreja de maneira a legitimar o modelo de organização social. As escolas monacais eram espaços de educação que surgiram ao lado dos mosteiros e catedrais, restrita quase sempre ao clero que sabia ler e escrever. Com o renascimento das cidades (burgos) surgem as escolas seculares, a formações de ofícios (alfaiate, sapateiro, ferreiro, boticário, tecelão), a formação militar dos cavaleiros e as primeiras universidades – modelo novo e original de educação superior.

A partir da idade moderna, o ensino escolar como é conhecido hoje começou a se

estabelecer. Trata-se da Europa dos séculos XVI a XVIII, no contexto da Reforma Protestante e da Contra-Reforma Católica. As primeiras escolas promovendo a sistematização do ensino e o trabalho de ensinar surgem no âmbito das comunidades religiosas cristãs. Os atores da educação eram considerados em analogia com personagens bíblicos. O ideal era a perfeição daí se justificava uma pedagogia de repressão, autocontrole, disciplina, luta contra si mesmo e governo de si e da comunidade. Valores como caridade, sofrimento e doação eram ensinados e tidos como caminho para salvação. (CAMBI, 1999).

Tardif (2020) apresenta as concepções que fundamentam e desenvolvem uma reflexão acerca do ensino desde esse período até os dias atuais e como as características dessas concepções são encontradas ainda hoje no Brasil. Faz isso dividindo esse período histórico em partes que ele chama de três idades de Ensino.

A primeira parte se refere ao período imediatamente posterior às reformas religiosas na Europa. Uma rede de escolas e colégios composta por estabelecimentos privados colocados sob o cuidado das Igrejas e das comunidades religiosas locais, protestantes e católicas. Neste período, homens e mulheres leigos – não religiosos – começam a ensinar. O ensino na época era visto como uma “profissão de fé”. “Ensinar torna-se uma ocupação de tempo integral naquele momento e homens e mulheres a ela consagram sua vida” (TARDIF, 2020, p. 554). Uma forma de exprimirem sua fé.

Nesse período, o ensino é considerado como uma vocação. Um movimento interior. Era preciso moralizar e manter as crianças na fé. Instruir era um trabalho moral. A função de ensinar era quase que exclusivamente feminina, feita por mulheres e leigas que ensinavam as virtudes femininas tradicionais: amor pelas crianças, obediência, devoção, espírito de sacrifício e espírito de servir. Era preciso o controle das crianças e do corpo, daí valia a punição e os castigos físicos como meios de correção. As professoras trabalhavam de graça ou eram mal remuneradas, tinham que ser modelo de mulher virtuosa, pouco valorizadas socialmente e, portanto, tinham baixa autonomia. (TARDIF, 2020).

No século XIX, com o processo de secularização de desconessionalização das sociedades, inicia-se a idade do trabalho, período que Tardif (2020) chama de idade do ofício. A Igreja se separa do Estado e vão surgindo as primeiras escolas públicas e laicas. A presença das crianças na escola passa a ser obrigatória. A profissão de docente é integrada a estruturas do Estado. Passa a valer o contrato, o salário e a carreira. Após a Segunda Guerra Mundial (1945), o ensino se torna um trabalho laico, mas mulheres podem fazer carreira num emprego estável com salário um pouco mais decente e, ao longo do tempo, garantias como aposentadoria, proteção, segurança, permanência no emprego, entre outros. Os sistemas

escolares passam para a direção do Estado. A idade do ofício exige da mulher o investimento em se formar. As escolas normais se espalham. Os professores passam a ser integrados à função pública. Há um acentuado renascimento da privatização da educação. Na realidade brasileira, a idade do ofício continua em curso ou talvez nem atingiu plenamente seus objetivos.

Por fim, Tardif (2020) apresenta a idade da profissão. O autor parte da definição de profissão como aquela que tem uma base de conhecimento científico, uma corporação profissional, ética, autonomia, reconhecimento jurídico e social, e responsabilidade profissional decorrente da autonomia. Tal modelo se observa ao longo do século XX e XXI. O profissional da educação cria e controla o conhecimento teórico e prático necessários às decisões, as novas ações, a planificação das mudanças e a gestão do crescimento econômico e tecnológico. Daí a necessidade do professor ser formado em universidades. A ótica de sua formação se baseia na melhoria do desempenho do sistema educativo, no afã de passar do ofício à profissão e construir uma base de conhecimento para o ensino.

Tardif (2020) conclui afirmando ser possível observar que em comparação à vocação e ao ofício, a idade da profissão é muito recente para os professores. A idade da profissão ainda está em gestação, um desafio para a educação contemporânea.

Esse fundamental papel do professor para a garantia do eficaz processo de ensino e de aprendizagem foi desafiado no ano de 2020 devido à eminência da pandemia de Covid-19 que abalou o mundo e a educação. O necessário afastamento físico como condição de combate à disseminação do vírus desafiou a educação em encontrar alternativas para dar continuidade às atividades pedagógicas. Nessa reinvenção, o professor foi forçado a aderir ao Ensino Remoto Emergencial, tendo a responsabilidade pela elaboração de atividades eficazes para a promoção de situações de aprendizagem que pudessem ser realizadas de forma remota pelos estudantes. Novos desafios estavam postos aos professores como: escolha da melhor ferramenta de comunicação entre a instituição que trabalha e seus alunos, domínio da Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), pensar estratégias de educação diferentes das utilizadas até então de forma presencial, adequação de espaços e horários em modalidade *home Office*, dialogar com os pais dos alunos para acompanhar principalmente os que têm menor autonomia. (LUDOVICO, et al, 2021).

2.2 ADOECIMENTO EM DOCENTES NA EDUCAÇÃO

O mal-estar, sofrimento e adoecimento dos professores têm sido objeto de muitas

pesquisas nas últimas décadas. Tal problemática está associada a interferências da globalização, das políticas neoliberais e da ingerência de organismos internacionais na educação e no trabalho docente (PENTEADO, SOUZA NETO, 2020) produzindo processos de precarização do trabalho (CAMPOS, VÉRAS, ARAÚJO, 2020).

Penteado e Souza Neto (2020) citam estas problemáticas que corroem a autonomia e autoridade dos professores envolvendo: o alinhamento da escola à empresa e do conteúdo ensinado às exigências do mercado; a educação sendo tratada como mercadoria e as reformas educacionais como políticas públicas; a vinculação dos elementos constitutivos da formação à lógica do mercado.

O desenvolvimento de uma cultura performática e de um regime de responsabilização, que agrega controle, inspeções, regulações, prescrições, julgamentos, cobranças por qualidade, comparações e amostras de qualidade e promoção. (p. 137).

A história do trabalho docente, os modos de ser/estar na ocupação e a cultura do magistério são analisados no texto de Penteado e Souza Neto (2020). Os autores realizaram uma revisão narrativa de doze publicações identificando aspectos atribuídos a questões epidemiológicas, de naturalização da problemática na docência, políticas públicas, organização do trabalho docente e identidade docente. As publicações datam do ano 1999 – a mais antiga – até 2017. O trabalho mostra que o estudo da temática das questões de saúde-doença dos professores já tem significativa produção acadêmica.

Os principais aspectos presentes nas produções analisadas, segundo os autores, são: elevada prevalência de problemas relacionados à saúde mental, vocal e sistema locomotor. Os estudos afirmam que os professores, por não conhecerem, acabam fazendo interpretações distorcidas dos problemas de saúde. Houve intensificação, flexibilização e precarização do trabalho no mal-estar docente devido a reformas educacionais e falta de políticas públicas e de práticas de cuidado e promoção de saúde e do bem-estar dos professores. (PENTEADO, SOUZA NETO, 2020).

As problemáticas na organização do trabalho docente são aparentes.

Fazendo do contexto educacional um espaço de trabalho adoecedor, lugar de conflitos entre afeto/razão, autonomia e controle, com as relações sociais entre professores e demais agentes do campo educacional envolvendo dificuldades de interação e de admitir, aos colegas e superiores, os problemas enfrentados na profissão. Há falta de apoio e de partilha entre os colegas e falta de reconhecimento do trabalho docente por gestores e outras instâncias hierárquicas superiores. (p. 144).

Na reflexão acerca da organização do trabalho docente também são apontadas algumas saídas para a problemática apontada. Há a afirmação da importância das relações sociais no trabalho docente e da rede de apoio e suporte social para potencializar a qualidade do trabalho e promover a saúde e o bem-estar dos professores.

São quase duas décadas de reflexões, sem contar estudos anteriores e posteriores, mostrando como transformações sociais, reformas educacionais e implantação de novos modelos pedagógicos não foram suficientes para promover atividades de conscientização e redes de apoio visando desmistificar e ampliar o conhecimento a respeito da saúde e do adoecimento dos professores e conseqüentemente, incentivando a identificação de transtornos, o cuidado à saúde e o correto tratamento.

Campos, Vêras e Araújo (2020) mostram que a problemática do adoecimento docente se dá também nas universidades. Apontam como fatores para a problemática os impactos das transformações operadas na sociedade e na universidade em sua dinâmica de trabalho. Citam a intensa desvalorização, desapropriação e desqualificação do trabalho docente manifestadas nas ações do Estado. Aqui há referências à mercantilização da educação, baseada no produtivismo e lucratividade, que passaram a compor o cenário laboral do docente com algumas características do mundo do trabalho voltadas para o capital e que estão intrinsecamente relacionadas, como a precarização, flexibilização, alienação e intensificação do trabalho.

Outro fator, como renda baixa, pode refletir em dificuldades para manutenção de alimentação adequada, exercícios físicos contínuos, acesso aos serviços de saúde e boas condições de moradia. Isso impacta decisivamente nos níveis de saúde e potencialmente no absenteísmo¹.

A pandemia de COVID-19 que assola o mundo também tem deixado seus efeitos na saúde do professor. Um número considerável de professores precisou aprender a utilizar as plataformas digitais, inserir atividades online, avaliar os estudantes a distância, produzir e inserir nas plataformas material que ajude o aluno a entender os conteúdos, além das usuais aulas gravadas e online e providenciar material para ser fotocopiado para os alunos que não têm acesso às TDICs. Criou-se com isso uma expectativa grande dos professores, da equipe gestora das unidades escolares e dos pais dos alunos, para dar conta desta nova realidade. São

¹ Absenteísmo, segundo o Dicionário Online de Português (2020) é o “hábito de se ausentar com frequência, de não comparecer. Circunstância em que uma pessoa habitualmente deixa de realizar as obrigações referentes ao seu trabalho”. O mesmo que absentismo: “Prática que consiste no abandono das funções de um cargo; não cumprimento das atividades de um posto”. Esse segundo significado é o que se aproxima da compreensão do termo neste trabalho.

frequentes os relatos de professores fragilizados, exaustos mentalmente, e aproximando-se de um esgotamento físico e mental. (DIAS; PINTO, 2021).

2.3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO CONDIÇÃO DE ADOECIMENTO NO CONTEXTO ATUAL

Há os que atribuem a precarização do trabalho docente e o adoecimento mental desses profissionais ao contexto neoliberal que tem provocado mudanças na formas de produção e alterado as configurações do trabalho. Moura et all (2020) argumentam ser a ideologia neoliberal, orientada por mecanismos internacionais, responsável pela privatização direta ou indireta do serviço público, pela diminuição dos gastos com educação e demais setores sociais, além do gerenciamento e controle sobre a ação docente.

Segundo esses autores, “as condições de trabalho são indispensáveis para que o docente cumpra sua função de forma a favorecer a aprendizagem dos educandos e, ao mesmo tempo, promover seu desenvolvimento profissional” (MOURA et all, 2020, p. 3). O sistema neoliberal afeta seriamente essas condições de trabalho do professor, precarizando-as e inviabilizando a efetivação do ensino de qualidade e da educação.

A docência é uma atividade laboral que envolve aspectos físicos e mentais/psicológicos, além de fatores sociais, políticos e culturais presentes. O modelo neoliberal preconiza a ideia de trabalho que promove uma maior produção com menores custos. Essa ideia gera uma quantidade absurda de trabalhadores que se submetem a qualquer tipo de condição de trabalho para garantir sua sobrevivência e não figurar nos índices de desemprego. [...] O trabalhador não presta seu serviço apenas para atender as suas necessidades, mas precisa fornecer trabalho excedente, o que torna sua tarefa ainda mais degradante. Privilegia-se o desenvolvimento econômico em detrimento de melhores condições de vida e trabalho. (MOURA et all, 2020).

Essa maior produção no trabalho exigida pelo sistema aparece na atividade do professor com a cobrança de aperfeiçoamento contínuo, ser um professor, ágil, leve, flexível, elaboração de aulas e projetos de aprendizagem, correção de provas e trabalho, realização de relatórios, que não apenas ministrem aulas, mas também participem na elaboração do projeto pedagógico das escolas, participem da vida da comunidade, da gestão da escola e supram as dificuldades específicas. É cobrada do professor a atenção, carga afetiva e emocional devido à necessidade de estar e manter-se sempre atualizado com relação aos alunos e suas obrigações escolares. (MOURA et all, 2020) Somado a isso, está a destruição moral dos professores que muitas vezes são culpabilizados pelo fracasso na educação. Tal condição de culpa aparece em

avaliações internas e externas que induzem ao controle do trabalho. Os professores acabam sendo considerados como agentes responsáveis por seus atos e avaliados com base em seus resultados. Ao analisar esse cenário, é possível inferir que os professores tiveram seu trabalho ampliado sem que isso significasse melhorias ou maior valorização da carreira.

Associado a isso estão as demandas que extrapolam a formação do professor e que lhe são cobradas. Moura et al (2020) cita que o professor, muitas vezes, vê-se obrigado a exercer funções de assistente social, psicólogo, psicopedagogo, enfermeiro, entre outros. Há ainda outras situações associadas à precarização do trabalho docente, como a estrutura física e funcional das instituições escolares não serem adequadas para o trabalho do professor, a má remuneração, falta do cumprimento regular do plano de cargos e salários e falta de efetivação de políticas de formação para os docentes enfrentarem os desafios inerentes ao ato de ensinar.

Desse modo, a profissão do docente acaba sofrendo um processo de degradação. Seu trabalho é intensificado. Tardif (2020) caracteriza essa intensificação.

Pela obrigação dos professores de fazerem mais com menos recursos; por uma diminuição do tempo gasto com os alunos; pela diversificação de seus papéis (professores, psicólogos, policiais, pais, motivadores, entre outros); pela obrigação do trabalho coletivo e da participação na vida escolar; pela gestão cada vez mais pesada de alunos do ensino público em dificuldade; finalmente, por exigências crescentes das autoridades políticas e públicas face aos professores que devem se comportar como trabalhadores da indústria, ou seja, agir como uma mão de obra flexível, eficiente e barata. (p. 563).

São, portanto, vários fatores que deterioram as condições de trabalho do professor o que trará como consequências a insegurança e instabilidade.

Nas palavras de Tardif (2020).

Os ganhos obtidos durante a idade do ofício (carreira, proteção, estabilidade de emprego, aposentadoria, entre outros) estão atualmente ameaçados e sendo substituídos por uma profissionalização que rima com concorrência, prestação de contas, salário segundo o mérito, a insegurança no emprego e no estatuto. (p. 569).

A falta e o descumprimento de políticas públicas voltadas para a formação e condições de trabalho e saúde são elementos que têm conduzido os professores a um sentimento de frustração e desvalorização. Essa situação impõe desafios como entender a abrangência dos prejuízos do adoecimento mental dos professores.

2.4 FATORES DO ADOECIMENTO DOS PROFESSORES

A submissão dos docentes a constantes desgastes impactam na saúde mental e influenciam na determinação de alguns grupos de transtornos mentais como Síndrome de *Burnout*² e Transtornos Mentais Comuns³. Estes desgastes estão associados à organização do trabalho, à pressão pela produção intelectual, à falta de reconhecimento pelo trabalho desempenhado, à sobrecarga laboral e às precárias condições do ambiente físico. (CAMPOS; VÉRAS; ARAÚJO, 2020).

Penteado e Souza Neto (2020) apontam que os professores, diante destas situações, acabam produzindo sistemas defensivos para preservar sua saúde. Tem reticência em falar da doença e do sofrimento e escondem o fato do adoecimento a ponto de desprezá-lo até que apareçam sintomas demais evidentes. Para alguns, a vivência da doença é percebida como condenável, vergonhosa e culposa, associada à preguiça ou vagabundagem. Esses fatores, associados à necessidade de atender a vontade do outro limitando a realização do projeto do trabalhador e uma organização autoritária, conduz à elevação da carga psíquica. Começam os sentimentos de desprazer, tensão, sofrimento e fadiga com efeitos diversos como absenteísmo, greves e presenteísmo – trabalho exercido pelos professores mediante situações de sofrimento e adoecimento, por vezes à base de medicação.

Associado a isso está a dificuldade do professor em perceber o processo de saúde-doença no trabalho e demora para buscar serviços de atenção à saúde. Na condição de cuidador dos alunos, o professor tem pouca aptidão para seu cuidado. As pautas reivindicatórias de movimentos de professores estão pouco atentas a itens voltados ao cuidado, à saúde e ao bem-estar docente.

Os estudos sobre esta temática têm mostrado que,

As problemáticas do mal-estar e dos sofrimentos e adoecimentos dos professores precisam ser consideradas no âmbito da cultura profissional docente, levando em conta as implicações nos processos de formação, socialização profissional e desenvolvimento profissional docente, com desdobramentos no movimento de

² *Burnout* é uma expressão inglesa que significa algo que deixou de funcionar por exaustão de energia. (GARCIA, L. P.; BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T., 2020) A Síndrome de *Burnout* tem sido objeto de muitos estudos nas últimas duas décadas. Melo et al (2020) realizaram a revisão bibliográfica de 13 artigos científicos datados do período de 2002 a 2012. Segundo seus estudos, esta síndrome figura em professores como um problema profissional em virtude das suas condições laborais: baixos salários, escassos recursos materiais e didáticos, classes superlotadas, tensões na relação com alunos, excesso de carga horária e pouca participação nas políticas e planejamento institucional. Associado a isso está o isolamento físico do professor de seus colegas de trabalho e falta de perspectiva profissional.

³ Transtornos mentais comuns e do Comportamento são caracterizados como condições clinicamente significativas nas quais estão presentes alterações do modo de pensar e do humor (emoções) e comportamentos associados com angústia pessoal. Tal situação é agravada quando a pessoa portadora de tais transtornos passa a ser estigmatizada e tem limitações para execução das atividades diárias acarretando problemas no contexto do trabalho ou na convivência familiar. (CARLOTTO et al, 2020)

profissionalização. (PENTEADO; SOUZA NETO, 2020, p. 149).

Nessa profissionalização há que considerar a saúde e o bem-estar de professores vistos como profissionais com visibilidade, destaque, respeito, valorização e dignificação. A dimensão coletiva do professorado potencializa a verdadeira formação profissional, daí que políticas educacionais devem incentivar a valorização da cooperação. Essa discussão deve ser permeada de abordagens interdisciplinares levando em conta os aspectos que interferem na formação inicial e continuada dos professores e contar com o protagonismo destes. No debate serão considerados o desenvolvimento profissional, a profissionalização docente e a valorização da dignidade e do protagonismo do professor. (PENTEADO; SOUZA NETO, 2020).

2.5 ABSENTEÍSMO DO PROFESSOR: IMPACTOS NO LIMITE FINANCEIRO

O questionamento frequentemente dado é por que o professor falta, ou seja, quais os motivos que levam ao absenteísmo. Tal ausência, de forma mais particular ainda se for absenteísmo-doença do professor, causa o aumento direto de custos pela concessão de auxílio-doença e aumento indireto nos custos com diminuição da produtividade e da eficiência educacional, necessitando assim de substituição desse profissional faltoso. Tal situação necessitará de dupla remuneração, para o professor que faltou e para o professor que o substituiu.

A ausência ao trabalho tem se tornado um problema de grande magnitude. São grandes os custos que tais afastamentos representam para os cofres públicos, tanto para o gestor público como para a Previdência Social. Em 2005, no Brasil mais de um bilhão de reais foram aplicados em benefícios auxílio-doença previdenciários. No serviço público federal, as aposentadorias precoces e os afastamentos, naquele ano, custaram 300 milhões de reais para a União e no serviço público estadual de Santa Catarina, em torno de doze milhões no ano de 2001. (CUNHA; BLANK; BOING, 2020).

Carlotto et all (2020) informam que segundo a Organização Mundial da Saúde, os problemas de saúde relacionados com o trabalho resultam em perda econômica que varia de 4 a 6% do Produto Interno Bruto para a maioria dos países.

Sendo assim, o absenteísmo do professor tem sido analisado como um fenômeno com implicações não só de saúde pública, mas também como questão socioeconômica e política considerando as preocupações dos gestores públicos neste sentido, associados aos gastos financeiros e diminuição da produtividade.

Necessário se faz o esforço de estudar como as condições inadequadas de trabalho, insatisfação quanto à capacidade de trabalho, fatores sociais, psicológicos e físicos, de ordem pessoal e laboral, influenciam na decisão de se ausentar do trabalho.

Quando se tem saúde tudo funciona melhor. Alguns entendimentos apontam que “garantir a saúde dos servidores públicos é fundamental para o governo, para os sistemas de saúde, para a população em geral e para os próprios servidores e suas famílias”. (CUNHA; BLANK; BOING, 2020, p. 234) Daí a importância dos órgãos governamentais investirem em ações que promovam a saúde dos servidores públicos e viabilizem medidas de reabilitação e reintegração daqueles que necessitarem. Tal política de recursos humanos trará benefícios cumulativos: ao servidor, à unidade onde trabalha, aos alunos – neste caso estudado, à família do servidor e à sociedade em que está inserido.

É possível então considerar que quanto menor for a ocorrência do absenteísmo, maior será a capacidade de aumentar a produtividade e rentabilidade e conseguir assim um crescimento sustentado. (MARTINS et all, 2020).

2.6 A FALTA DO PROFESSOR E OS EFEITOS SOBRE O DESEMPENHO ESCOLAR

A função primordial da escola é garantir a oferta do ensino e da aprendizagem do aluno, ou seja, que o estudante tenha o melhor desempenho escolar possível. A função do professor é primordial neste processo e na garantia do sucesso escolar das crianças e adolescentes na educação básica. Para exercer adequadamente a função docente, são necessárias políticas de financiamento, de gestão democrática, de currículo emancipador e de valorização profissional. Essas políticas serão mais eficazes se pautadas em salário digno, carreira atraente e condições de trabalho com atenção à saúde dos professores. No entanto, quando o professor falta e não ministra sua aula, essa função não se realiza ou se realiza de maneira precária. (TUNES; TACCA; BARTHOLO JÚNIOR, 2021).

Gestores das redes de ensino consideram que “o elevado índice de faltas dos professores ao trabalho tem sido o principal problema enfrentado no cotidiano das unidades escolares”. (TAVARES; CAMELO E KASMIRSKI, 2020, p. 2) No serviço público, quando o professor efetivo falta, é licenciado ou pede afastamento, um professor temporário assume suas aulas pelo período de sua ausência e passa a responder pela(s) turma(s). Quando a falta é comunicada com antecedência, a escola consegue preparar o professor substituto para que dê continuidade ao conteúdo, munindo-o com material específico. Porém, quando a ausência é inesperada, poucas vezes se consegue encontrar um professor substituto, fazendo com que

outro profissional da unidade escolar, nem sempre um professor, fique com a turma e os alunos são submetidos a uma aula não planejada e de menor duração, isso quando a aula não se resume a uma mera recreação.

Nesse sentido, é possível admitir que o absenteísmo recaia sobre o aprendizado dos alunos. Até o professor substituto ser apresentado para a turma e estabelecer relações afetivas e de confiança com os alunos, a motivação dos mesmos pode ser afetada. O substituto não conhece detalhadamente os estudantes, nem sempre é suficientemente qualificado e possui experiência docente. Isso se agrava mais com alunos mais novos que dependem emocionalmente de seus professores. (SILVA, 2021).

Poucos estudos sistemáticos mostram a relação entre o absenteísmo do professor e o progresso acadêmico dos alunos. Tavares; Camelo e Kasmirski (2020) apresentam pesquisas que comprovam problemas na aprendizagem dos alunos relacionados com a falta do professor. Esses autores concluíram com seus estudos que há pouca pesquisa sobre este fenômeno. Que quanto mais estável é o professor, em termos de carreira e do cargo ocupado, maiores são os motivos para faltar, e, por outro lado, o comprometimento dos professores com a escola é uma das características que devem afetar a decisão em faltar. Por fim, que o absenteísmo do professor traz prejuízo sobre o desempenho cognitivo dos alunos.

Há também uma dicotomia que afeta o cotidiano docente. Por um lado, principalmente a cobrança através de avaliações externas que estabelecem concorrência profissional e ranking escolar, e por outro, a compreensão da escola com compromisso de formar cidadãos comprometidos com a felicidade e bem estar social. Esse sentimento duplo afeta emocionalmente o professor. (CORREA; SANTOS, 2021)

3 METODOLOGIA

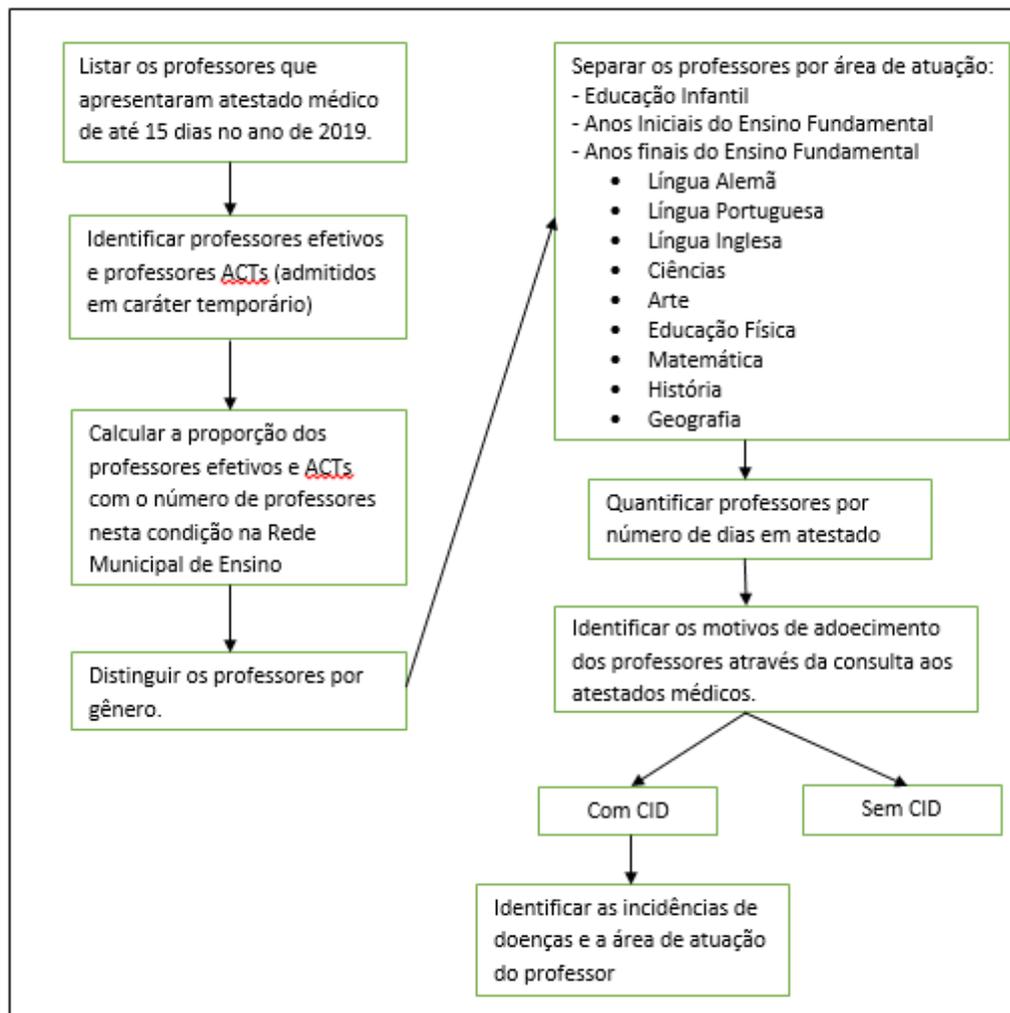
A utilização de procedimentos metodológicos que possibilitem verificar a realidade dos fatos e fenômenos são fundamentais em uma determinada pesquisa para produzir conhecimento científico. Birochi (2017, p. 33) afirma que cada caminho e cada escolha metodológica realizada pelo pesquisador pressupõem um conjunto de etapas a serem cumpridas.

3.1 ETAPAS DA PESQUISA: FLUXOGRAMA E DESCRIÇÃO

Para identificar os motivos que levam os professores ao adoecimento e à falta ao trabalho em um município pequeno, foi necessário buscar informações que ajudassem nessa informação. A Secretaria de Administração e Fazenda do município de Pomerode tem uma diretoria de Gestão de Pessoas. Junto a esse serviço, foi buscada a listagem dos professores que apresentaram atestado (s) médico (s) no ano de 2019. A diretoria de Gestão de Pessoas tem cadastrada em sistema chamado IPM todos os atestados médicos que os servidores públicos da prefeitura apresentam. Foi emitida uma listagem de todos os funcionários da Secretaria da Educação que receberam atestados médicos de até 15 dias. Nesta listagem estavam as informações do cargo de cada servidor, qual seu vínculo (efetivo ou ACT – Admitido em Caráter Temporário), a data do início e do fim do afastamento do trabalho, a quantidade de atestados médicos e de dias que a pessoa ficou afastada e a anotação da CID (Classificação Internacional e Doenças) no atestado.

O fluxograma abaixo apresenta os passos seguidos para analisar os dados obtidos.

Figura 1 – Fluxograma de Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

O primeiro passo é, a partir da listagem apresentada, quantificar os professores que apresentaram atestado médico de até 15 dias no ano de 2019. Na listagem, aparecem pessoas com atestado de diferentes quantidades de dias. Serão considerados nesta pesquisa funcionários que tiveram afastamento de até 15 dias. A lei complementar nº 269/2014 regula a concessão de licença para tratamento de saúde dos servidores públicos do município de Pomerode.

Será concedida licença para tratamento de saúde ao servidor que ficar temporariamente incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual. § 1º Até quinze dias consecutivos ou não de afastamento da atividade, com remuneração integral, mediante apresentação de atestado médico. § 2º A partir do décimo sexto dia, a concessão da licença para tratamento de saúde dependerá da concessão do benefício de auxílio-doença, a cargo do Fundo de Aposentadoria e Pensões, isentando o Município da remuneração do servidor enquanto perdurar a concessão do referido benefício. (POMERODE, 2021a).

Passo seguinte será identificar na listagem dos profissionais que apresentaram atestados médicos, quais são professores efetivos e quais são professores ACTs. Segundo a Lei Complementar 269/2014 (POMERODE, 2021a), “servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo e àqueles de provimento efetivo nomeados para cargos em comissão”. O professor ACT é contratado “para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Municipal direta, as Autarquias e Fundações Públicas poderão efetuar a contratação de pessoal por tempo determinado. [...]

Nos casos de substituição de pessoal nas unidades de ensino, que se encontre afastado temporariamente de suas funções decorrente de férias e licenças previstas no Estatuto dos Servidores, inclusive o afastamento por auxílio-doença, ou decorrente de nomeação para exercício de cargo em comissão, função de coordenação ou direção, função de confiança ou gratificada (POMERODE, 2021).

Distinguir os professores efetivos dos ACTs que adoecem e faltam ao trabalho é importante, pois aqueles têm vínculo diferente com a instituição se comparados aos que são temporários.

A próxima ação a ser realizada é calcular a proporção dos professores efetivos e ACTs com o número de professores nesta condição na Rede Municipal de Ensino, ou seja, de todos os professores que estavam em cargos efetivos no ano de 2019, quantos apresentaram atestados médico, identificando a devida proporcionalidade. Da mesma forma, será feito com os professores ACTs: computar a proporção daqueles que apresentaram atestado médico com

o total de professores ACTs contratados no ano de 2019⁴.

Outra identificação a ser feita no trabalho é distinguir os professores por gênero, verificando entre os professores que apresentaram atestado médico no ano de 2019, quantos são homens e quantas são mulheres. Essa verificação será feita tanto dos professores efetivos como dos professores ACTs.

Importante também será separar os professores por área de atuação. Essa separação permitirá identificar quais professores que apresentaram atestado médico no ano de 2019 atuam nas turmas da Educação Infantil, quais atuam nas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental e quais atuam nas turmas dos anos finais do Ensino Fundamental. Também serão separados os professores que atuam nas turmas dos anos finais do Ensino Fundamental por componente curricular: língua alemã, língua portuguesa, língua inglesa, ciências, arte e educação física, matemática, história e geografia⁵.

O próximo passo será quantificar, com base nos atestados médicos, o número de dias que os professores não compareceram ao trabalho no ano de 2019. As variáveis consideradas serão de um a quinze dias. No estatuto dos servidores do município de Pomerode está previsto.

Será concedida licença para tratamento de saúde ao servidor que ficar temporariamente incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual, até quinze dias consecutivos ou não de afastamento da atividade, com remuneração integral, mediante apresentação de atestado médico. (POMERODE, 2021a).

A penúltima análise a ser feita com os dados obtidos da lista de professores que apresentaram atestado médico no ano de 2019 será identificar os motivos de adoecimento dos professores através da consulta à CID nos atestados médicos. Separar os atestados que têm a CID identificada dos que não o têm. A anotação da CID no atestado ajudará a identificar as incidências de doenças e associar as patologias à área de atuação dos professores.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à abordagem, esta pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa. Em uma análise qualitativa, o pesquisador é quem observa, seleciona, interpreta e registra os

⁴ Será considerado, nesta parte, o quantitativo de professores efetivos e ACTs no dia 31 de dezembro de 2019.

⁵ Segundo a Resolução nº 03/2018 do Conselho Municipal de Educação de Pomerode, a Matriz Curricular para o ensino regular das escolas pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Pomerode contém dez disciplinas para as turmas do primeiro ao nono ano. Somente professores da disciplina de Ensino Religioso não apresentaram atestado médico no ano de 2019. (POMERODE, 2021c)

comentários e as informações do mundo natural. A pesquisa qualitativa é descritiva, pois se preocupa em descrever os fenômenos por meio dos significados que o ambiente e o fenômeno manifestam. Pressupõe esforço para compreender o processo, conhecer como determinado fenômeno manifesta-se. A análise dos dados é indutiva, isso significa que as abstrações são construídas a partir dos dados, num processo de baixo para cima. Nesta abordagem há um esforço em compreender os fenômenos a partir do ponto de vista dos participantes. (ZANELLA, 2009).

A porcentagem de professores que se ausentam do seu trabalho por motivo de doença no município de Pomerode precisa ser analisada para compreender a sua significância e suas implicações para a rede de ensino onde esses profissionais estão inseridos. A maneira como essas faltas ocorrem é um fenômeno manifesto já identificado e analisado em realidades maiores e deve ser analisada analogamente em outros municípios de porte menor. O objeto investigado será a incidência das faltas e os motivos das mesmas para abstrair, a partir dos dados coletados, quais os motivos que incidem nesta realidade e quais as consequências do absentismo para os atores envolvidos nesta realidade. Para isso, é importante indagar como os professores se sentem ao faltar em seu trabalho.

3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O adoecimento dos professores e a conseqüente necessidade de faltar ao trabalho devido a esta situação trata-se de um fenômeno a ser analisado. É preciso explicar por que este fenômeno ocorre, quais os fatores que o causam ou contribuem para sua ocorrência, ou qual é a explicação para a relação existente entre os motivos que levam o professor a adoecer e por isso faltar ao trabalho.

3.3.1 Quanto aos Objetivos/Fins

Esta pesquisa, quanto aos seus fins ou objetivos é uma análise explicativa, pois “tem a finalidade de explicar por que o fenômeno ocorre. Quais são os fatores que causam ou contribuem para sua ocorrência. Ou qual é a explicação para a relação entre dois ou mais fenômenos” (SILVA, 2020, p. 22).

A pesquisa explicativa é aquela centrada na preocupação de identificar fatores determinantes ou contributivos ao desencadeamento dos fenômenos. Explicar a razão do fato ou fenômeno social. Ao optar para fazer esta análise em um município pequeno, há a intenção

de situar esse fenômeno em um peculiar ambiente social de ocorrência comparando variáveis já estudadas em outros espaços maiores. (ZANELLA, 2009, p. 81) A intenção é buscar encontrar explicações para os fenômenos e os comportamentos observados, procurando respostas para o porquê e para o como de um fenômeno. Nesse sentido, a pesquisa explicativa visa encontrar as causas para a ocorrência dos fenômenos, ou seja, as conexões entre as causas e os efeitos observados, com o objetivo de explicar o objeto pesquisado. (BIROCHI, 2017, p. 46).

3.3.2 Quanto aos Procedimentos/Meios

Quanto aos procedimentos, ou seja, aos meios, esta pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental. É classificada como documental, pois utiliza fontes documentais, fontes de dados que auxiliam a compreender uma situação passada ou reconstituir determinados contextos históricos, visando descrever hábitos ou comportamentos expressos por esses registros. (BIROCHI, 2017, p. 55) A fonte documental utilizada na pesquisa são os atestados médicos que os professores do município escolhido apresentaram durante o ano de 2019. Os atestados médicos são fontes de informação importante ao trazer, ou não, a informação do motivo de adoecimentos do professor, através da CID, o que o impediu de comparecer ao trabalho e com isso gerando possíveis problemáticas.

Ainda quanto aos procedimentos, esta pesquisa é bibliográfica, pois sua fundamentação é feita por meio de materiais e estudos já elaborados. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. A temática do adoecimento dos professores já é recorrente no meio acadêmico com pesquisas na área de saúde, educação e social. (PENTEADO, SOUZA NETO, 2020, p. 139-143) Deste modo é importante considerar as análises dos estudos já feitos sobre o adoecimento dos professores e suas consequências, analisando a quantidade e o perfil dos professores que faltam ou se afastam do seu trabalho por motivo de doença e as justificativas das suas ausências e propor soluções de políticas públicas de gestão de saúde do professor.

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2020, p. 31). A fundamentação teórica deste trabalho é justamente uma tentativa bibliográfica de resgatar um pouco do que já se estudou sobre o assunto.

“A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao

investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (GIL, 1989, p. 71) Deste modo, neste trabalho há a tentativa de aprofundar esta reflexão que há tempos preocupa administradores públicos por não entenderem o problema do absenteísmo docente e suas consequências.

3.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para Birochi (2017, p. 82), a população “representa um conjunto definido e bem delimitado de elementos ou indivíduos com características semelhantes”. A população considerada nesta pesquisa são os professores e professoras efetivos e ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) do município de Pomerode, que tiveram atestado médico no ano de 2019 e por esse motivo ficaram afastados de sua atividade laboral.

Marconi e Lakatos (2005, p. 178) classificam os dados que são obtidos em uma pesquisa como primários e secundários. Segundo as autoras, são exemplos de dados primários os documentos públicos e informações obtidas diretamente pelo pesquisador. Já os secundários são dados transcritos de fontes primárias contemporâneas ou retrospectivas. Os dados obtidos nesta pesquisa são primários, pois são os atestados médicos que os professores e professoras entregaram ao setor de recursos humanos justificando sua falta ao trabalho. Nestes atestados médicos são buscadas as informações acerca do adoecimento desses profissionais através da CID (Classificação Internacional de Doenças) anotada ou não nestes documentos.

Nesta pesquisa será considerada toda a população, ou seja, todos os professores e professoras que entregaram atestado médico no ano de 2019 no município de Pomerode, considerando que se trata de um município de pequeno porte e, portanto, com um quantitativo possível de ser analisado neste trabalho.

Para poder identificar os motivos que levam os professores ao adoecimento e à falta ao trabalho em um município pequeno, foram escolhidos como sujeitos desta pesquisa os professores e professoras que atuaram na Rede Municipal de Ensino do Município de Pomerode e que no ano de 2019 apresentaram atestado médico para justificar sua falta ao trabalho. Essas pessoas têm papel fundamental no processo de ensino e de aprendizagem das crianças e adolescentes. Para Luchesi (2020, p. 51), o papel do professor na relação educativa é de “criar e oferecer condições que potencializem a aprendizagem e o desenvolvimento do educando, para que se assuma como indivíduo e como cidadão.” Portanto, a não-presença do professor na sala de aula pode prejudicar tal relação.

Este trabalho é uma pesquisa documental que será feita a partir dos atestados médicos que os professores do município escolhido apresentaram durante o ano de 2019, e se constitui em uma técnica de coleta de dados. Esta análise documental é uma parte do trabalho e vai quantificar o número de atestados médicos, as informações contidas nos mesmos e identificar os professores que utilizaram este instrumento para justificar sua falta ao trabalho.

4 RESULTADOS

As informações obtidas acerca dos professores que apresentaram atestado médico no município de Pomerode no ano de 2019 foram fornecidas pela Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária da Prefeitura Municipal.

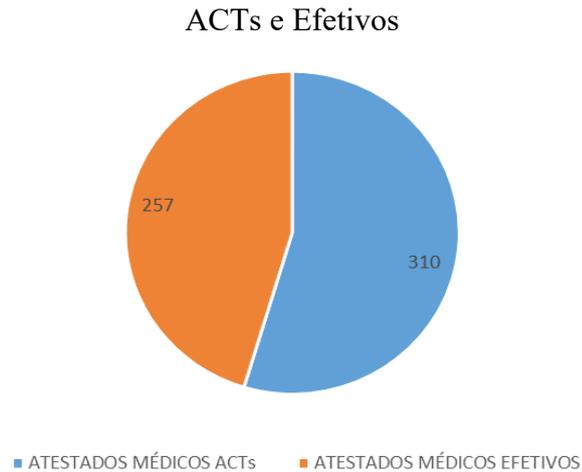
4.1 PROFESSORES QUE APRESENTARAM ATESTADO MÉDICO DE ATÉ QUINZE DIAS NO ANO DE 2019

No ano de 2019, o município de Pomerode contava com 317 professores que atuavam na Rede Municipal de Ensino (POMERODE, 2021b). Durante todo este ano, a Diretoria de Gestão de Pessoas do município recebeu 567 atestados médicos apresentados por professores, variando estes atestados de meio dia até quinze dias.

Destes 317 professores, 158 apresentaram atestado médico ao longo do ano. Esse número de professores que apresentaram atestado médico no ano de 2019 corresponde a 49,8% daqueles que atuavam na Rede Municipal de Ensino de Pomerode. Esta estatística mostra que quase a metade dos professores apresentaram atestado médico no ano de 2019 e, portanto, não compareceram ao trabalho.

Dos 567 atestados médicos apresentados pelos professores, 310 eram atestados de professores ACTs e 257 de professores efetivos, conforme representado abaixo.

Gráfico 1 – Quantidade de atestados médicos apresentados no ano de 2019 por professores

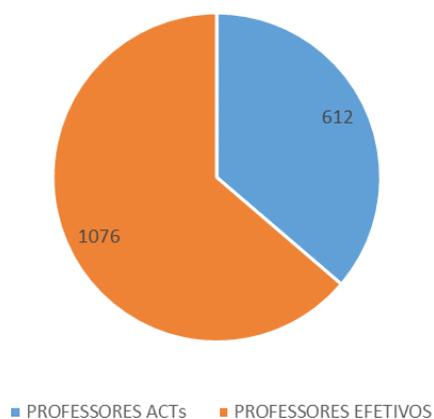


Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Observando o gráfico é possível observar que no ano de 2019 o número de atestados médicos apresentados foi maior dos professores ACTs se forem comparados aos professores efetivos. Como já mencionado acima, estes atestados médicos apontam quantidades diferentes de períodos de afastamento do professor de seu serviço por motivo de doença, variando de meio dia até quinze dias.

Realizada a somatória dos dias de afastamento registrados em cada atestado médico dos 158 professores utilizados nessa pesquisa, chega-se ao número de 1.688 dias de afastamento dos professores de suas atividades laborais em decorrência de problemas de saúde. No computo destes dias se observa uma diferença entre professores ACTs e professores efetivos.

Gráfico 2 – Quantidade de dias, anotados nos atestados médicos, que os professores ficaram afastados do trabalho no ano de 2019



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

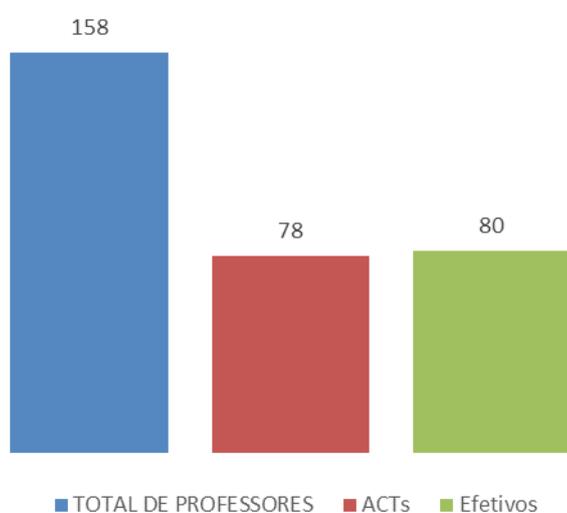
Comparando os gráficos 1 e 2, é possível observar que apesar de os professores

efetivos apresentarem um número menor de atestados se comparados aos professores ACTs, a quantidade de dias que estes primeiros não compareceram ao trabalho é maior do que os segundos. Isso demonstra que os atestados médicos apresentados por professores efetivos afastaram o professor por mais dias do seu trabalho do que os atestados médicos apresentados pelos professores ACTs.

4.2 PROFESSORES EFETIVOS E PROFESSORES ACTs QUE APRESENTARAM ATESTADO MÉDICO DE ATÉ QUINZE DIAS NO ANO DE 2019

Dos trezentos e dezessete professores que atuavam na Rede Municipal de Ensino no ano de 2019, parte deles eram efetivos no seu cargo e parte eram professores ACTs (admitidos em caráter temporário). Dos professores que apresentaram atestado médico, um pouco mais da metade eram professores ACTs, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Atestados de professores efetivos e ACTs.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

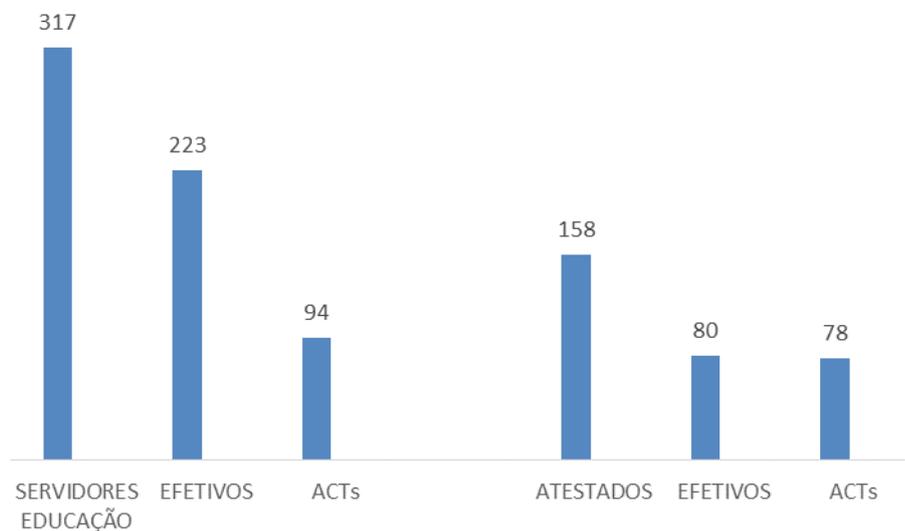
O gráfico acima revela que a apresentação de atestados médicos ao longo do ano de 2019 foi ligeiramente superior entre os professores efetivos (50,6%) do que em professores ACTs (49,4%).

4.3 PROPORÇÃO DE PROFESSORES EFETIVOS E ACTs QUE APRESENTARAM

ATESTADO MÉDICO DE ATÉ QUINZE DIAS NO ANO DE 2019 RELACIONADO AO NÚMERO TOTAL DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Dos trezentos e dezessete professores que trabalhavam na rede municipal de ensino de Pomerode no ano 2019, duzentos e vinte e três deles eram efetivos e noventa e quatro eram ACTs. O gráfico abaixo faz a comparação desta realidade e da realidade destes professores que apresentaram atestado médico neste ano.

Gráfico 4 – Proporção de professores efetivos e ACTs em relação ao conjunto dos professores da rede municipal.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

É importante considerar que de todos os profissionais que trabalharam na rede municipal de ensino naquele ano, apenas 29,7% eram ACTs, no entanto a porcentagem de professores ACTs que apresentaram atestado médico é quase a metade de todos os professores que apresentaram atestado médico. Um número que chama a atenção e revela que os professores ACTs adoeceram quase o mesmo que os professores efetivos, mas proporcionalmente os professores ACTs adoeceram mais, ou seja, 82,9% dos professores ACTs contratados para a rede municipal de ensino no ano de 2019 apresentaram atestado médico e somente 35,8% do total de professores efetivos o fizeram.

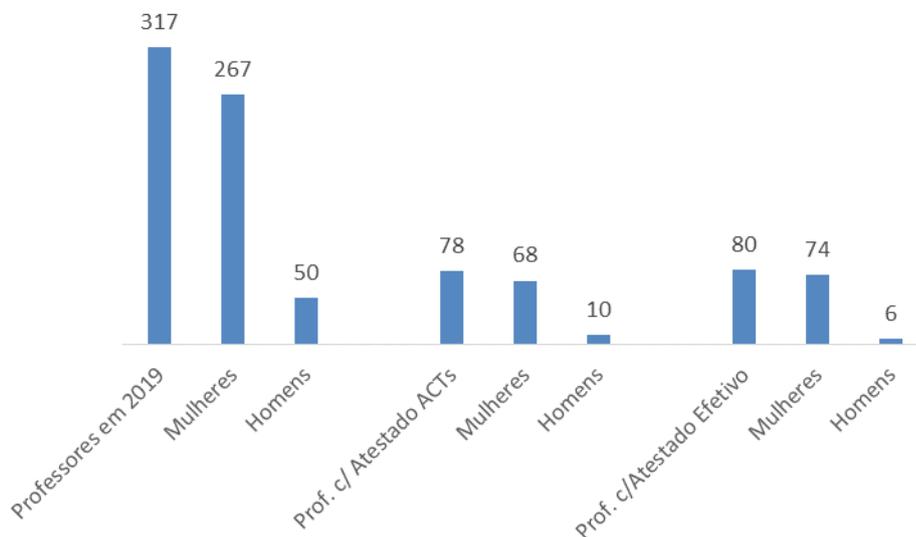
4.4 PROFESSORES QUE APRESENTARAM ATESTADO MÉDICO POR GÊNERO

Segundo a Sinopse Estatística da Educação Básica 2019 (INEP, 2021), no Brasil o número de mulheres é maior que o de homens atuando na profissão docente. Essa informação é fruto do CENSO Escolar que contém informações educacionais de todas as unidades escolares do país. A Sinopse Estatística da Educação Básica 2019 informa que no ano de 2019 atuavam na educação básica no Brasil 2.212.018 professores. Destes, apenas 450.019 (20,3%) eram homens e 1.761.999 eram mulheres.

Segundo os dados apresentados pela Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Pomerode, dos 317 professores que trabalhavam na rede municipal de educação do município, 50 eram homens (15,8%) e 267 eram mulheres (84,2%). Portanto, tanto no país como no município, é evidente como o número de mulheres atuando na docência é significativamente maior que o de homens.

O gráfico abaixo revela esses números associados à distinção de gênero daqueles professores que apresentaram atestado médico no ano de 2019.

Gráfico 5 – Distinção de professores por gênero.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

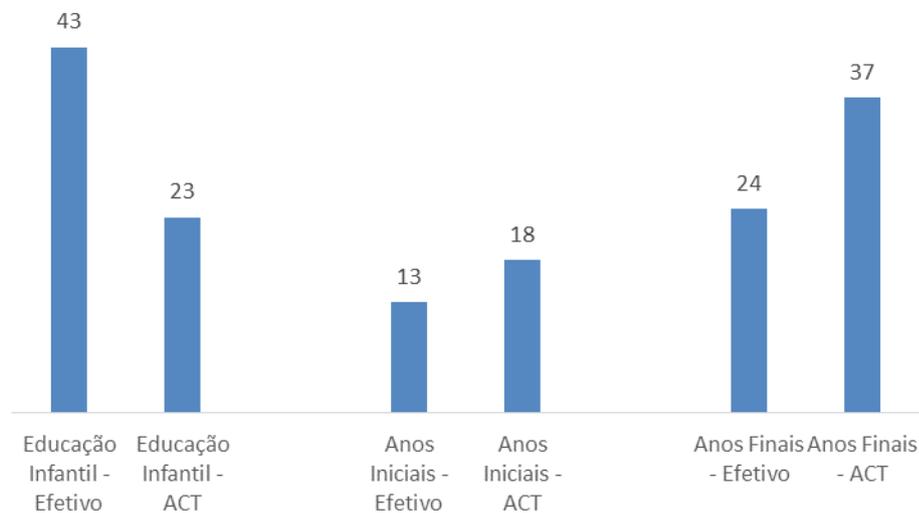
No gráfico 3, está ilustrada a significativa diferença entre a maior presença de mulheres na educação relacionado ao número de homens no município de Pomerode. Essa diferença reflete a realidade nacional. Como consequência, essa realidade também se verifica no número de homens/professores que apresentaram atestado médico, que é bem menor do que o número de mulheres/professoras.

4.5 PROFESSORES POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Os professores utilizados nesta pesquisa atuam nos diferentes níveis da educação básica. No Brasil, a educação escolar se divide em Educação Básica e Educação Superior. A Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2021) indica que a Educação Básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Os professores que trabalham na rede municipal de educação de Pomerode atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. No ensino fundamental, há professores pedagogos que atuam nas turmas de primeiro a quinto ano e professores de área específica que atuam em todas as turmas do ensino fundamental (do primeiro ao nono ano).

Na sequência são apresentados os quantitativos de professores que apresentaram atestado médico no ano de 2019 por área de atuação.

Gráfico 6 – Quantitativo de professores que apresentaram atestado médico por área de atuação.



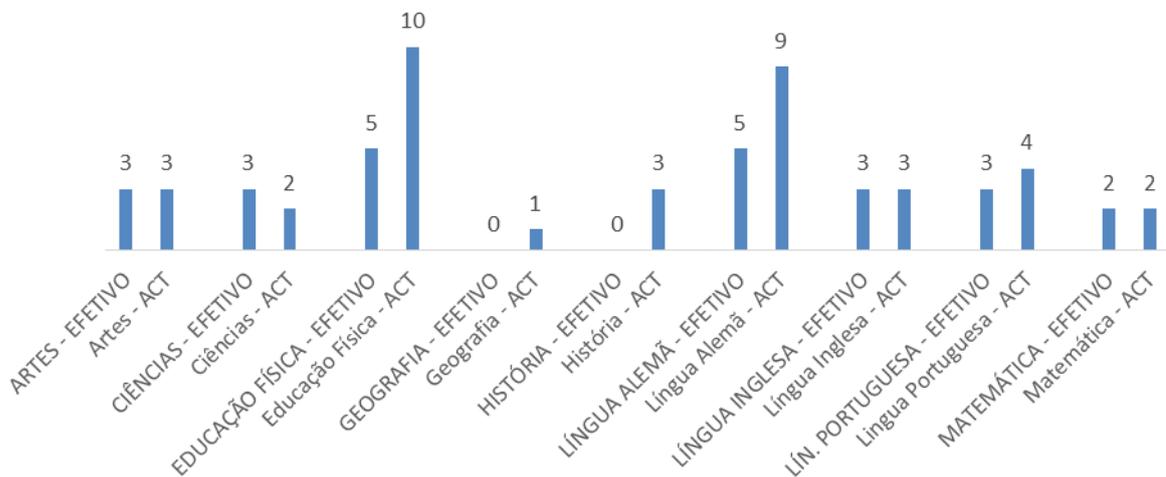
Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Os dados acima apresentados mostram que a quantidade de professores que apresentaram atestados nas diferentes áreas/etapas é desigual. Cabe destacar que professores efetivos que atuam na Educação Infantil apresentaram mais atestados que professores ACTs e nos anos finais foram mais professores ACTs que apresentaram mais atestados médicos se comparados aos professores efetivos. Outro aspecto a ressaltar é que somente na educação

infantil o número de professores efetivos que apresentaram atestado médico é superior aos professores ACTs e no Ensino Fundamental mais professores ACTs apresentaram atestado médico comparados aos professores efetivos. Cabe ressaltar também que os professores que atuam na educação infantil são mais numerosos em apresentar atestados médicos (66) seguidos dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental (61) e de apenas 31 atestados médicos apresentados pelos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No gráfico abaixo é apresentada a quantidade de professores que apresentaram atestado médico no ensino fundamental por disciplina específica.

Gráfico 7 – Quantitativo de professores dos anos finais do Ensino Fundamental por disciplinas específicas que apresentaram atestado médico.



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

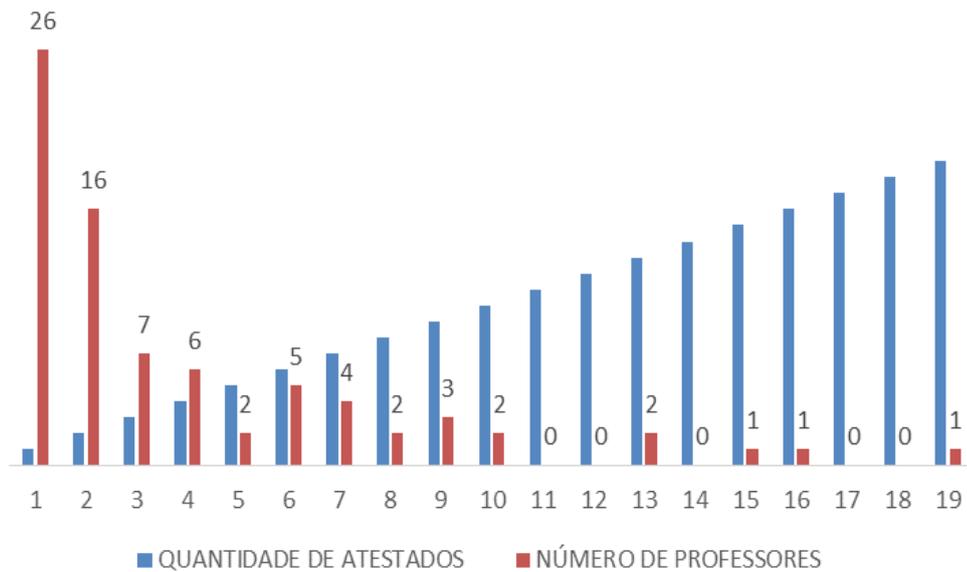
Nesse gráfico, é possível observar que a quantidade de professores dos anos finais do Ensino Fundamental por disciplinas específicas que apresentaram atestado médico é bastante semelhante, variando de um a cinco professores de cada área. O destaque está para os professores de Educação Física, sendo que dez apresentaram atestado médico e nove professores de alemão também o fizeram.

4.6 QUANTIDADE DE ATESTADOS MÉDICOS APRESENTADOS POR CADA PROFESSOR

Para esse trabalho foram considerados os atestados apresentados pelos professores com dispensa do trabalho de meio dia até quinze dias. Saber quantos dias o professor estará

ausente da escola requer organização da gestão escolar para garantir o atendimento dos alunos e o direito de oferta da educação. Nos gráficos abaixo, são apresentadas as quantidades de atestados médicos que cada professor apresentou no ano 2019.

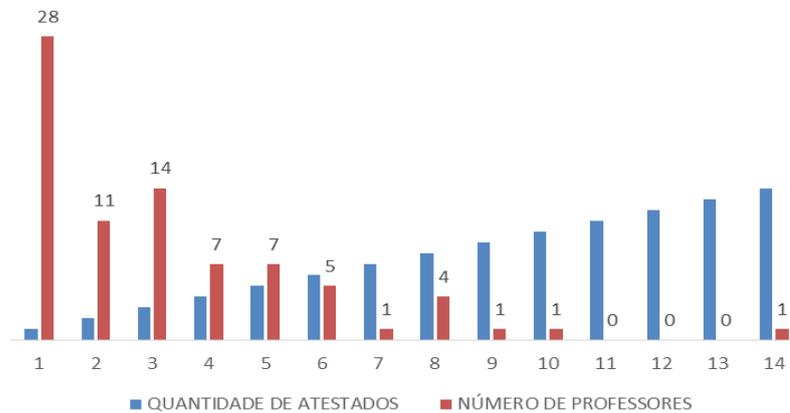
Gráfico 8 – Quantitativo de professores ACTs que apresentaram de um a dezenove atestados médicos no ano de 2019



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A representação gráfica acima demonstra que é bem maior o número de professores que apresentam atestados médicos de poucos dias. Mais de 30% dos professores ACTs apresentaram um atestado, isso significa que seu afastamento foi pontual em algumas ocasiões durante o ano. Se considerarmos os professores ACTs que apresentaram um ou dois atestados médicos teremos 53% do total, confirmando que esses profissionais afastaram-se do trabalho por doença em momentos episódicos curtos. Cabe uma comparação desta situação com os professores efetivos.

Gráfico 9 – Quantitativo de professores Efetivos que apresentaram de um a quatorze atestados médicos no ano de 2019



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Na representação gráfica do quantitativo de professores efetivos que apresentaram atestados médicos no ano de 2019 praticamente se repete o que foi apontado nos professores ACTs. Do mesmo modo, 35% dos professores efetivos apresentaram um atestado e 66,2% dos professores apresentaram de um a três atestados durante o ano de 2019. Outro aspecto a ressaltar é que os professores efetivos apresentaram menos atestados com mais de 10 dias se comparado aos professores ACTs. Dos 80 professores efetivos, um apresentou dez atestados e um apresentou quatorze atestados. Já entre os 81 professores ACTs, dois apresentaram dez atestados, dois apresentaram treze atestados, um professor apresentou quinze atestados, um professor apresentou dezesseis atestados e um professor apresentou dezenove atestados no ano 2019.

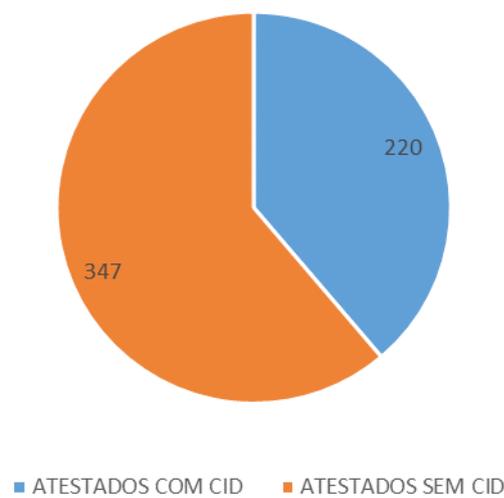
4.7 MOTIVOS DE ADOECIMENTO DOS PROFESSORES ATRAVÉS DA CONSULTA AOS ATESTADOS MÉDICOS

Foram analisados os 567 atestados médicos apresentados para verificar se tinham anotação da CID (Classificação Internacional de Doenças) nos mesmos, uma das principais ferramentas epidemiológicas utilizada diariamente pelos médicos.

A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (também conhecida como Classificação Internacional de Doenças – CID 10) é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde. A CID 10 fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças. A cada estado de saúde é atribuída uma categoria única à qual corresponde um código CID 10. (MEDICINANET, 2021).

Dos 567 atestados médicos apresentados pelos 158 professores, 347 deles não tinham anotação da CID no atestado médico. Apenas 38,8% dos atestados médicos apresentados pelos professores têm anotado no documento a CID, informando a doença que acometeu o professor e fez com que ele se afastasse do trabalho, 61,2% dos demais atestados médicos apresentados pelos professores não têm essa informação.

Gráfico 10 – Quantitativo de anotações da CID nos atestados médicos



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Na sequência, é apresentada a CID anotada nos atestados médicos apresentados pelos professores, sua descrição⁶ e o número de atestados entregues com cada CID.

Tabela 2: Descrição das CIDs anotados nos atestados médicos

Nº	CID	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE ATESTADOS
01	A09	Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível	13
02	A87	Meningite viral	1
03	A92.9	<u>Febre viral transmitida por mosquitos, não especificada</u>	1
04	B34	Doenças por vírus, de localização não especificada	3
05	E05.9	Tireotoxicose (hipertireoidismo) não especificada	2

⁶ A descrição da CID foi retirada do site MedicinaNET. (MEDICINANET, 2021)

06	E83.1	Doença do metabolismo do ferro	1
07	F32	Episódios depressivos	1
08	F32.0	Episódio depressivo leve	3
09	F32.1	Episódio depressivo moderado	3
10	F32.2	Episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos	1
11	F32.9	Episódio depressivo não especificado	1
12	F33	Transtorno depressivo recorrente	1
13	F33.2	Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos	5
14	F41.1	Ansiedade generalizada	4
15	F43	Reações ao <i>stress</i> grave e transtorno de adaptação	1
16	G43.0	Enxaqueca sem aura (enxaqueca comum)	1
17	G56	Mononeuropatias dos membros superiores	2
18	G83.1	Monoplegia do membro inferior	1
19	H10	Conjuntivite	2
20	H10.2	Outras conjuntivites agudas	1
21	H10.3	Conjuntivite aguda não especificada	1
22	H10.9	Conjuntivite não especificada	4
23	H52.4	Presbiopia	1
24	H81	Transtornos da função vestibular	1
25	I41.1	Miocardite em doenças virais classificadas em outra parte	1
26	I61	Hemorragia intracerebral	1
27	I83.9	Varizes dos membros inferiores sem úlcera ou inflamação	3
28	I95	Hipotensão	1
29	J00	Nasofaringite aguda (resfriado comum)	2
30	J01	Sinusite aguda	5
31	J01.0	Sinusite maxilar aguda	1
32	J01.4	Pansinusite aguda	1
33	J01.8	Outras sinusites agudas	1
34	J01.9	Sinusite aguda não especificada	4
35	J02.9	Faringite aguda não especificada	2
36	J03	Amigdalite aguda	2
37	J03.0	Amigdalite estreptocócica	1
38	J03.9	Amigdalite aguda não especificada	11
39	J04.0	Laringite aguda	1
40	J06	Infecções agudas das vias aéreas superiores de localizações múltiplas e não especificadas	2
41	J06.8	Outras infecções agudas das vias aéreas superiores de localizações múltiplas	1
42	J06.9	Infecção aguda das vias aéreas superiores não especificada	2
43	J11.1	Influenza (gripe) com outras manifestações respiratórias, devida a vírus não identificado	3
44	J18.9	<u>Pneumonia não especificada</u>	1

45	J20	Bronquite aguda	1
46	J20.9	Bronquite aguda não especificada	9
47	J34	Outros transtornos do nariz e dos seios paranasais	1
48	J39	Outras doenças das vias aéreas superiores	1
49	J45.0	Asma predominantemente alérgica	1
50	K01.0	<u>Dentes inclusos</u>	1
51	K04.0	Pulpite	1
52	K04.1	Necrose de polpa	1
53	K21.0	Doença de refluxo gastroesofágico com esofagite	1
54	K52.9	<u>Gastroenterite e colite não-infecciosas, não especificadas</u>	3
55	K76.8	Outras doenças especificadas do fígado	1
56	K80	Colelitíase	5
57	M25.5	Dor articular	4
58	M50.1	Transtorno do disco cervical com radiculopatia	2
59	M54	Dorsalgia	2
60	M54.2	Cervicalgia	1
61	M54.4	Lumbago com ciática	1
62	M54.5	Dor lombar baixa	5
63	M65.8	Outras sinovites e tenossinovites	1
64	M72.2	Fibromatose da fáscia plantar	1
65	M75.8	Outras lesões do ombro	1
66	M77.9	Entesopatia não especificada	1
67	M79.6	Dor em membro	1
68	N11	Nefrite túbulo-intersticial crônica	1
69	N23	Cólica nefrética não especificada	1
70	N60	Displasias mamárias benignas	1
71	N76	Outras afecções inflamatórias da vagina e da vulva	1
72	N80.1	<u>Endometriose do ovário</u>	1
73	N92	Menstruação excessiva, frequente e irregular	2
74	N92.0	Menstruação excessiva e frequente com ciclo regular	1
75	O03.4	Aborto espontâneo - incompleto, sem complicações	1
76	O10.0	Hipertensão essencial pré-existente complicando a gravidez, o parto e o puerpério	1
77	R07.3	Outra dor dorácica	1
78	R09	Outros sintomas e sinais relativos aos aparelhos circulatório e respiratório	1
79	R10	Dor abdominal e pélvica	4
80	R10.1	Dor localizada no abdome superior	2
81	R10.2	Dor pélvica e perineal	2
82	R10.4	Outras dores abdominais e as não	3

		especificadas	
83	R11	Náusea e vômitos	1
84	R30.0	Disúria	1
85	R49	Distúrbios da voz	1
86	R50	Febre de origem desconhecida e de outras origens	1
87	R50.9	Febre não especificada	3
88	R51	Cefaléia	6
89	S00.9	Traumatismo superficial da cabeça, parte não especificada	2
90	S52.8	Fratura de outras partes do antebraço	1
91	S53	Luxação, entorse e distensão das articulações e dos ligamentos do cotovelo	1
92	S83	Luxação, entorse e distensão das articulações e dos ligamentos do joelho	2
93	S83.6	Entorse e distensão de outras partes e das não especificadas do joelho	1
94	V29.9	Motociclista (qualquer) traumatizado em um acidente de trânsito não especificado	1
95	Z00	Exame geral e investigação de pessoas sem queixas ou diagnóstico relatado	2
96	Z00.0	Exame médico geral	2
97	Z00.4	<u>Exame psiquiátrico geral não classificado em outra parte</u>	1
98	Z01.0	Exame dos olhos e da visão	3
99	Z01.1	Exame dos ouvidos e da audição	1
100	Z13	Exame especial de rastreamento ("screening") de outros transtornos e doenças	2
101	Z30.2	Esterelização	1
102	Z45.8	Ajustamento e manuseio de outros dispositivos implantados	1
103	Z76.2	Supervisão de cuidado de saúde de outras crianças ou recém-nascidos saudáveis	1
104	Z76.3	Pessoa em boa saúde acompanhando pessoa doente	8
105	Z98.8	Outros estados pós-cirúrgicos especificados	1
Atestados com CIDs associados			
106	A09, R11	Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível + Náusea e vômitos	1
107	F32, F41.1	Episódios depressivos + Ansiedade generalizada	1
108	F33, F41.1	Transtorno depressivo recorrente + Ansiedade generalizada	1
109	J20, Z76.3	Bronquite aguda + Pessoa em boa saúde acompanhando pessoa doente	1
110	N45, Z30.2	Orquite e epididimite + Esterelização	1
111	R10.4, Z32.1	Outras dores abdominais e as não especificadas + Gravidez confirmada	1

		Gravidez confirmada	
--	--	---------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Nos 220 atestados médicos entregues pelos professores que contêm anotação de CID, estão registradas 111 diferentes anotações de doenças que ocasionaram a ausência dos professores na sua atividade profissional. Portanto um número bem diversificado de tipos de doenças. Destas anotações aparecem 70 atestados com uma anotação de CID, ou seja, a anotação foi feita em uma única ocasião, mostrando que o adoecimento da maioria dos professores que apresentaram atestado médico se deu por causas diferentes. Por 18 vezes a mesma CID aparece em dois atestados, por 9 vezes em três atestados, 5 vezes em quatro atestados e 4 vezes a CID em repete em cinco atestados. Chama a atenção as CIDs que aparecem com mais frequência, 6 R51 (Cefaléia), 8 Z76.3 (Pessoa em boa saúde acompanhando pessoa doente), 9 J20.9 (Bronquite aguda não especificada), 11 J03.9 (Amigdalite aguda não especificada) e 13 A09 (Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível).

A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (também conhecida como Classificação Internacional de Doenças – CID 10) é dividida em vinte e dois capítulos. (OMS, 2021) Seguindo essa divisão e considerando a tabela acima, o grupo de doenças que mais afetaram os professores que apresentaram atestado médico no ano de 2019 é do capítulo X, Doenças do Aparelho Respiratório. Na tabela aparecem 53 atestados apresentando adoecimento relacionado ao aparelho respiratório. Na sequência, da maior a menor quantidade de atestados, aparecem 26 atestados que têm anotadas as doenças do capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório e não classificados em outra parte. Na sequência, com 23 atestados aparecem as doenças do capítulo XXI – Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde. Por fim, para ressaltar as situações mais numerosas aparecem nesta ordem: com 20 atestados cada, as doenças do capítulo V – Transtornos mentais e comportamentais e do capítulo XIII – Doenças do sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo; com 18 atestados as doenças do capítulo I – Algumas doenças infecciosas e parasitárias; e com 13 atestados as doenças do capítulo XI – Doenças do aparelho digestivo. Na classificação dos demais capítulos o número de atestados foi igual ou inferior a 10 atestados, sendo que em alguns capítulos não há anotação de nenhum atestado (capítulos II, III, XII, XVI, XVII, XXI e XXII)

5 DISCUSSÕES

A reflexão acerca do absenteísmo de professores em uma rede municipal de educação traz presente alguns desafios à gestão pública. A frequência com que estas faltas acontecem e como influenciam no andamento das instituições e no cumprimento dos objetivos e metas planejados deve ser analisados. Paralelo a isso, cabe ponderar as causas do afastamento dos professores no sentido de apoiar este profissional e diminuir, quando possível, as condições que favoreçam as ausências em sua atividade laboral. As causas precisam ser conhecidas para assim serem estudadas e políticas públicas de mitigação do adoecimento dos professores sejam efetivadas. (PENTEADO, SOUZA NETO, 2020)

Chama a atenção uma rede de ensino que tem quase a metade de seus professores que apresentam atestado médico ao longo de um ano. Essa realidade indica que a ausência dos profissionais em determinados dias ou períodos comprometeu o atendimento dos alunos da unidades escolares, dificultou a logística de atendimento e funcionamento do planejamento escolar, pois a falta do professor faz falta. (TAVARES; CAMELO E KASMIRSKI, 2020)

Observando a quantidade de todos os atestados médicos apresentados, o número de atestados apresentados por professores ACTs é superior à quantidade dos apresentados por professores efetivos (Gráfico 1), apesar de, quantitativamente, um número menor de professores ACTs tenha apresentado atestado médico no ano de 2019 (gráfico 3). No entanto, é surpreendente verificar que essa constatação não demonstra que a ausência dos professores ACTs ao trabalho foi superior a dos professores efetivos se forem considerados os dias de afastamento. Os números mostram que mesmo os professores efetivos apresentando um número inferior de atestados médicos comparado ao número de professores ACTs a quantidade de dias que os efetivos não compareceram ao trabalho é superior aos demais. Isso revela que nos atestados médicos apresentados pelos professores efetivos haviam anotações de dias afastados do trabalho superior às dos ACTs. Essas diferenças estão dispostas nos gráficos 1 e 2.

Nos dados colhidos da listagem entregue pelo setor de recursos humanos da prefeitura, se observa que, proporcionalmente, os professores ACTs apresentaram muito mais atestados médicos no ano de 2019 do que os professores efetivos que estavam atuando na rede municipal de ensino naquele ano. No gráfico 4, é possível observar que 82,9% dos professores ACTs que estavam trabalhando na rede municipal de ensino no ano de 2019 apresentaram atestado médico, contra apenas 35,8% dos professores efetivos.

Essa realidade contrasta com o estudo feito por Tavares; Camelo e Kasmirski (2020) ao constatarem que “professores efetivos devem faltar mais que aqueles na posição de

temporários, contrariando a hipótese de que professores efetivos faltariam menos por serem mais comprometidos com a escola” (p. 11), e que o professor temporário se preocupa em revelar seus atributos relacionados à sua performance, dentre eles a assiduidade no intuito de ser readmitido em outra ocasião assim que encerrar seu contrato.

A pesquisa acima citada foi feita na rede municipal de educação de São Paulo, ou seja em uma cidade grande. Em Pomerode, se observa outra realidade. Apesar do número de dias afastados devido aos atestados médicos, a proporção de professores efetivos que apresentam atestado médico é menor do que ACTs. Essa realidade de município pequeno pode ser atribuída ao vínculo que o professor efetivo consegue estabelecer com os alunos, sua família e a comunidade escolar, sendo que alguns inclusive residem no zoneamento da sua unidade escolar. Tal condição denota o comprometimento dos professores com a escola sendo uma característica que deve afetar sua decisão faltar.

Neste trabalho foram considerados os atestados que têm anotação de faltas de professores de meio dia até 15 dias, licença que tem respaldo legal no município na Lei Complementar 269/2014 (POMERODE, 2021a), garantindo remuneração integral ao servidor afastado. Não estão computadas aqui outras ausências com mais de quinze dias que são licenças concedidas com concessão do benefício de auxílio-doença a cargo de fundo de aposentadoria e pensões. Também não são considerados aqui os dias que o professor não comparece ao trabalho e desconta essa sua falta do banco de horas que também tem previsão legal na Lei Complementar 269/2014 (artigos 93-95). Essa permissividade prevista em lei pode macular as estatísticas apresentadas no trabalho pela invisibilidade dessas ausências, no entanto, é importante considerar o bom senso das chefias ao conceder compensação de banco de horas aos servidores dentro das possibilidades e razoabilidade.

A quantidade majoritária de mulheres atuando na rede municipal de ensino repete a realidade nacional e também é retratada na apresentação de atestados médicos. Enquanto 142 mulheres apresentaram atestado médico, apenas 16 homens o fizeram. Esses números convertidos em porcentagem demonstram que a ausência de professoras ao trabalho foi superior a dos professores: 53% das mulheres que trabalham na rede municipal de ensino apresentaram atestados médicos no ano de 2019 comparado a 32% dos homens. Cabe refletir se há nexos entre o adoecimento feminino e a atividade docente ou esse adoecimento é relativo ao próprio gênero do docente.

A atividade docente de cada professor é escolhida de acordo com seus interesses, aptidões e habilidades. Essa escolha já tem início na formação inicial quando a pessoa ingressa no ensino superior e conclui o curso na área desejada. Nesta pesquisa, destacamos a

incidência do adoecimento e consequente afastamento do trabalho dos professores por área de atuação. O número maior de professores que apresentaram atestados médicos trabalham com a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica. Nesta fase, atendem crianças de zero a cinco anos em espaços próprios chamados de Centros de Educação Infantil ou em Escolas Básicas que oferecem educação infantil para crianças de quatro e cinco anos, também chamado de pré-escola. Na sequência, o maior número de professores que apresentaram atestados médicos atua nos anos finais do ensino fundamental com disciplinas específicas e em número menor, estão os professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental.

As características de cada etapa da educação básica podem de alguma maneira influenciar na saúde do professor e incidir na necessidade de se ausentar do trabalho por motivo de adoecimento. Associado a isso, pode-se apontar as mudanças no contexto social que o profissional está inserido e que provoca alterações na saúde física e psíquica dos professores devido a maiores exigências e de posturas que novas gerações têm trazido para esses espaços de educação. (DELCHIARO, 2021, p. 65)

Entre os professores das disciplinas específicas que atuam tanto nos anos iniciais como nos anos finais de ensino fundamental, conforme a Matriz Curricular para as escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino de Pomerode (POMERODE, 2021c), é variada a quantidade de atestados médicos apresentados variando de um a cinco atestados, com exceção de dez professores de educação física (ACTs) e nove de língua alemã (também ACTs) que apresentaram um número maior de atestados.

Se considerarmos a quantidade de atestados apresentados por cada professor no ano de 2019, teremos variedade daqueles que apresentaram de um até dezenove atestados ao longo do ano. Cabe ressaltar que a maioria dos professores apresentaram um atestado (54), seguido de dois (27) e três (21), que somados representam 64,5% do total. Tal constatação significa que a ausência dos professores no seu trabalho é pontual e distribuída ao longo do ano, podendo causar várias interrupções no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos devido a não-presença do seu professor, bem como o desafio de a unidade escolar organizar o atendimento dos alunos por outro profissional que substituirá o ausente. Este substituto terá, por sua vez, que interromper sua rotina para prestar este novo atendimento.

Nos gráficos 8 e 9, que apresentam os quantitativos de professores que apresentaram atestado médico, chama a atenção que nove professores apresentaram mais de dez atestados ao longo do ano. Um deles apresentou dezenove. Tavares; Camelo e Kasmirski (2020) em seus estudos concluíram que “em escolas cujos professores faltam em média 10 dias a mais a proficiência de seus alunos está 5% de um desvio-padrão abaixo da média”. Tal afirmação

também aparece no estudo de Zaponi e Silva (2021) ao indicar que a ausência dos docentes explica os baixos resultados na educação pública e as dificuldades dos sistemas de ensino para cumprir o calendário letivo e os currículos. Por outro lado, Malta et al. (2021), que analisaram a influência do absenteísmo docente por doença sobre o desempenho discente medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), concluíram que não há evidências de que exista correlação significativa entre resultados do IDEB e taxa de absenteísmo docente.⁷

Dos atestados apresentados pelos professores, a grande maioria não tinha a CID anotado. A emissão de atestados médicos ou odontológicos no Brasil é regulada pelos respectivos conselhos de Medicina e de Odontologia. Esses conselhos são regulamentados através das leis nº 3.268/1957 (medicina) (BRASIL, 2021a) e 4.324/1964 (odontologia) (BRASIL, 2021b). O Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou algumas resoluções regulamentando a colocação da CID em atestados e outras guias ou exames emitidos pelo médico. A Resolução CFM 1658/2002, no artigo 5º determina que “os médicos somente podem fornecer atestados com o diagnóstico codificado ou não quando por justa causa, exercício de dever legal, solicitação do próprio paciente ou de seu representante legal”. (CFM, 2021)

Já o artigo 1º da Resolução nº 1.819/2007.

Veda ao médico o preenchimento, nas guias de consulta e solicitação de exames das operadoras de planos de saúde, dos campos referentes à Classificação Internacional de Doenças (CID) e tempo de doença concomitantemente com qualquer outro tipo de identificação do paciente ou qualquer outra informação sobre diagnóstico, haja vista que o sigilo na relação médico-paciente é um direito inalienável do paciente, cabendo ao médico a sua proteção e guarda. (CFM, 2021a).

Na Resolução nº 1.851/2004, está posto no artigo 3º.

Na elaboração do atestado médico, o médico assistente observará os seguintes procedimentos: I - especificar o tempo concedido de dispensa à atividade, necessário para a recuperação do paciente; II - estabelecer o diagnóstico, quando expressamente autorizado pelo paciente; III - registrar os dados de maneira legível; IV - identificar-se como emissor, mediante assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional de Medicina. (CFM, 2021b).

Essas determinações previstas nestes documentos têm em comum que a divulgação da CID deve ocorrer por interesse do paciente, mediante sua autorização. O médico tem a

⁷ Os exemplos utilizados neste parágrafo são de estudos realizados em grandes redes de ensino, com muitos alunos. O primeiro (Tavares; Camelo e Kasmirski) da rede estadual do Estado de São Paulo, o segundo (Zaponi e Silva) da rede estadual do Estado de Pernambuco e o terceiro (Malta et al.) da rede estadual do Estado de Minas Gerais. Esses exemplos foram citados por não ter sido possível encontrar estudos realizados em municípios pequenos.

obrigação ética de avisar ao paciente sobre o que é e quais são os riscos de uso indevido dessa informação.

Considerando essas disposições das autoridades médicas, é possível entender o significado de mais da metade dos atestados médicos apresentados pelos professores no ano de 2019 não ter anotado nos mesmos a CID, preservando assim o direito ao sigilo como uma garantia e uma propriedade do paciente. No trabalho, foram então considerados os atestados médicos com a anotação da CID presumindo que o paciente/professor autorizou o médico ou odontólogo a fazer este registro.

A diversidade de anotações de CIDs nos atestados dá a entender que são diferenciados os tipos de doenças que acometem os professores e os obrigam a se afastar de suas atividades. São poucas as anotações que se repetem, somente 18,6% das CIDs são registrados em mais de um atestado (aqui foram considerados de 2 a 13 registros repetidos).

No entanto, para entender e identificar as justificativas do adoecimento e consequente ausência dos professores ao trabalho, identificamos o agrupamento feita na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde de acordo com seus capítulos conforme quadro abaixo.

Tabela 3: Quantidade de atestados por Capítulo da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

CAPÍTULO	CID	QUANTIDADE DE ATESTADOS
I – Algumas Doenças infecciosas e parasitárias	A09	13
	A87	1
	A92.9	1
	B34	3
	TOTAL	18
II – Neoplasias (Tumores)	--	0
III – Doenças do Sangue e dos órgãos Hematopoéticos e alguns Transtornos Imunitários	--	0
IV – Doenças Endócrinas, Nutricionais e Metabólicas	E05.9	2
	E83.1	1
	TOTAL	3
V – Transtornos Mentais e Comportamentais	F32	1
	F32.0	3
	F32.1	3
	F32.2	1
	F32.9	1
	F33	1
	F33.2	5

	F41.1	4
	F43	1
	TOTAL	20
VI – Doenças do Sistema Nervoso	G43.0	1
	G56	2
	G83.1	1
	TOTAL	4
VII – Doenças do Olho e Anexos	H10	2
	H10.2	1
	H10.3	1
	H10.9	4
	H52.4	1
	TOTAL	9
VIII – Doenças do Ouvido e da Apófise Mastoide	H81	1
	TOTAL	1
IX – Doenças do Aparelho Circulatório	I41.1	1
	I61	1
	I83.9	3
	I95	1
	TOTAL	6
X – Doenças do Aparelho Respiratório	J00	2
	J01	5
	J01.0	1
	J01.4	1
	J01.8	1
	J01.9	4
	J02.9	2
	J03	2
	J03.0	1
	J03.9	11
	J04.0	1
	J06	2
	J06.8	1
	J06.9	2
	J11.1	3
	J18.9	1
	J20	1
	J20.9	9
	J34	1
	J39	1
	J45.0	1
	TOTAL	53
XI – Doenças do Aparelho Digestivo	K01.0	1
	K04.0	1
	K04.1	1
	K21.0	1
	K52.9	3
	K76.8	1

	K80	5
	TOTAL	13
XII – Doenças de Pele e do Tecido Subcutâneo	--	0
XIII – Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo	M25.5	4
	M50.1	2
	M54	2
	M54.2	1
	M54.4	1
	M54.5	5
	M65.8	1
	M72.2	1
	M75.8	1
	M77.9	1
	M79.6	1
	TOTAL	20
	XIV – Doenças do Aparelho Geniturinário	N11
N23		1
N60		1
N76		1
N80.1		1
N92		2
N92.0		1
TOTAL		8
XV – Gravidez, parto e puerpério	O03.4	1
	O10.0	1
	TOTAL	2
XVI – Algumas Afecções Originadas no Período Perinatal	--	0
XVII – Malformações Congênicas, Deformidades e Anomalias Cromossômicas	--	0
XVIII – Sintomas, Sinais e Achados Anormais de Exames Clínicos e de Laboratório não Classificados em Outra Parte	R07.3	1
	R09	1
	R10	4
	R10.1	2
	R10.2	2
	R10.4	3
	R11	1
	R30.0	1
	R49	1
	R50	1
	R50.9	3
	R51	6
	TOTAL	26
XIX – Lesões, Envenenamento e Algumas Outras Consequências de Causas Externas	S00.9	2
	S52.8	1
	S53	1
	S83	2
	S83.6	1

	TOTAL	7
XX – Causas Externas de Morbidade e de Mortalidade	V29.9	1
	TOTAL	1
XXI – Fatores que Influenciam o Estado de Saúde e o Contato com os Serviços de Saúde	Z00	2
	Z00.0	2
	Z00.4	1
	Z01.0	3
	Z01.1	1
	Z13	2
	Z30.2	1
	Z45.8	1
	Z76.2	1
	Z76.3	8
	Z98.8	1
	TOTAL	23
	Atestados com CIDs associados	A09, R11
F32, F41.1		1
F33, F41.1		1
J20, Z76.3		1
N45, Z30.2		1
R10.4, Z32.1		1
TOTAL		6

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A tabela acima revela uma situação diferente das apontadas em outras pesquisas. A maior incidência de doenças em professores no ano de 2019 e que os afastaram da atividade docente são aquelas do aparelho respiratório: resfriado comum, vários tipos de sinusite, faringite, amigdalite, laringite, infecções das vias aéreas, gripe (influenza), pneumonia, bronquite, asma e outras doenças de vias aéreas superiores. Esta constatação difere do que Penteadó e Souza Neto (2019) apontam em sua análise de 12 publicações acerca do mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor. As publicações afirmaram a prevalência de problemas relacionados à saúde mental, vocal e ao sistema locomotor causadoras do mal-estar docente e, como consequência, levam à necessidade do afastamento laboral. Também não confere com o adoecimento mental decorrente da precarização do trabalho docente apontado por Moura et al. (2020) e prevalência de afastamentos por transtornos mentais e do comportamento apontado por Carlotto et al. (2020).

A população do estudo de Carlotto et al (2020) é uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre com cerca de 230 mil habitantes. Moura et al na sua pesquisa fizeram levantamento bibliográfico não tendo uma população específica na pesquisa. Já nos estudos de Penteadó e Souza Neto, as obras analisadas tratam, na maioria, de narrativas bibliográficas sem citar uma população específica para estudo, sendo que apenas um trabalho cita estudos

em alguns estados (Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu chegar a algumas conclusões e identificar os motivos que levam os professores ao adoecimento e à falta ao trabalho num município pequeno. Quando o professor não comparece ao seu local de trabalho, o aluno fica desassistido e poderá ter prejuízo em seu aprendizado. A gestão da unidade escolar também precisa providenciar uma substituição deste professor para garantir o direito a educação do aluno. Saber quem e quantos são os professores que adoecem e apresentam atestados médicos, qual o vínculo que eles têm com o poder público, em que área do conhecimento atuam, quantos atestados médicos e dias um professor chega a faltar ao longo do ano e os motivos de seu adoecimento fazem parte da reflexão deste trabalho.

Identificar as incidências de doenças e a área de atuação dos professores é relevante e contribui para estabelecer políticas de recursos humanos que contribuam para a promoção de saúde e prevenção doenças dos docentes. Os motivos do adoecimento do professor devem ser conhecidos pelo professor e pelos gestores. A análise da quantidade de atestados, da falta dos professores ao trabalho e das doenças que impedem o professor de comparecer ao seu local de trabalho deve ser feita de maneira sistemática e organizada para, além de apontar a problemática, servir de subsídio para pensar alternativas de resolver essa situação. O benefício desse tipo de pesquisa ajuda o professor a prevenir o adoecimento, o gestor a garantir o funcionamento da unidade escolar e economia por não precisar contratar um substituto, o aluno que tem garantido seu direito à educação de forma continuada e com o mesmo professor e, por fim, a toda sociedade que tem garantida oferta de educação de qualidade para as gerações que estão no processo de escolarização.

O papel do professor é considerado fundamental no processo de ensino e de aprendizagem na educação básica. A atuação do professor como mediador entre o conhecimento e o aluno é necessário. É o professor que colabora para que o aluno tenha acesso à informação e transforme essa informação em conhecimento. O professor é instrumento para que o aluno desenvolva habilidades e competências adequadas para construção, interpretação e análise crítica do conhecimento. Quando esse adulto devidamente preparado e habilitado não está, o aluno pode ter seu desempenho prejudicado. O substituto deste profissional, por melhor e mais esforçado que seja, nem sempre tem condições de dar continuidade a uma proposta pedagógica iniciada e em andamento. Essa situação de ausência

ocasional ou continuada do professor deve ser medida em cada situação para se conhecer um eventual prejuízo.

O município de Pomerode tem estabelecido em lei a política de licença para tratamento de saúde ao servidor que ficar incapacitado para seu trabalho, neste caso o professor. Tem previsão de afastamento por curto prazo (até 15 dias) ou para um prazo maior (mais de 16 dias). Na legislação também há previsão para substituição de pessoal nas unidades de ensino, pois o direito à educação é garantido para os alunos e, portanto, não podem ficar sem atendimento. O professor ACT é o profissional que substituirá o professor efetivo ou outro professor ACT em sua ausência. Esse profissional contratado não tem lotação na unidade escolar que foi designado para trabalhar e, portanto, o vínculo que estabelece com os alunos é tênue e diferente do professor efetivo, que já atende o aluno há um bom tempo no ano em curso ou já vem acompanhando este alunos de outros anos na unidade escolar. Cabe o questionamento de como estabelecer políticas de recursos humanos no município se a quantidade de professores e de dias que esses professores não comparecem ao trabalho não está contabilizado no município. Do mesmo modo, se não é do conhecimento os motivos do adoecimento e do consequente afastamento destes professores do seu trabalho, fica difícil estabelecer políticas de redução de danos ou de prevenção e promoção da saúde profissional.

A quantidade dos professores que apresentaram atestado médico ao longo de um ano foi bastante expressiva alcançando metade de todos os profissionais. Um número significativo mostrando que 50% dos professores são acometidos por algum tipo de doença ao longo do ano, isso sem considerar aqueles professores que apresentaram mais de um atestado no ano, como o caso do profissional que apresentou dezenove atestados, ou o professor que não compareceu ao trabalho durante quarenta e oito dias. Como a Lei de Diretrizes e Base preconiza que o aluno tem direito a, no mínimo, duzentos dias de efetivo trabalho escolar, este professor deixou de ministrar quase um quarto de sua carga horária.

As justificativas para a ausência ao trabalho dos professores foram buscadas nas descrições contidas nos atestados médicos. Diferente de estudos feitos em municípios médios, grandes ou metrópoles, no município pequeno aparece outro indicador de morbidade que leva o professor a não comparecer ao seu trabalho. O registro de doenças do aparelho respiratório aparece mais numeroso do que de outras doenças, divergindo, portanto, de outros estudos que apontavam o adoecimento mental e transtornos de comportamento como prevalente no adoecimento docente. Mesmo assim, doenças mentais e comportamentais não deixam de ser verificadas em quantidade expressiva coincidindo com o constatado em realidade de municípios maiores.

As constatações apontadas neste trabalho necessitam ser analisadas e entendidas no contexto de um município pequeno. O adoecimento por problemas do aparelho respiratório deve ser considerado para entender sua incidência e prevalência neste grupo de professores durante esse tempo. Para isso, são necessários estudos que caracterizem estas doenças e se é possível associá-las ao exercício do professor. Também devem ser considerados outros fatores ligados à vida pessoal e social do professor para entender seu adoecimento ou sua vida saudável. Verificar de que maneira a realidade particular vivida pelo professor influencia sua atuação profissional, se seus relacionamentos são saudáveis os doentes, como o professor lida com suas frustrações, conquistas, derrotas, empreendimentos, fracassos, entre outros. Não basta criticar o professor que não comparece à escola, pois se afastou devido ao seu adoecimento. É preciso verificar o que causa esta ausência, principalmente quando se torna recorrente e buscar de maneira conjunta, considerando o maior número possível de variáveis, formas de entender o afastamento e pensar situações preveníveis para que tal fato não se repita e os prejuízos pedagógicos e financeiros desta ausência sejam minimizados ou resolvidos.

Os resultados obtidos através desta pesquisa pretendem ser contribuições para uma prática mais eficaz da atividade docente e trazem informações que podem auxiliar em um melhor entendimento do tema, garantindo a efetivação da oferta de educação com qualidade e indicadores de políticas de recursos humanos e valorização do profissional da docência.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil**. 3. Ed., São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, Rodrigo. **Professores: alto número de faltas é explicado por leis permissivas**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/professores-alto-numero-de-faltas-e-explicado-por-leis-permissivas-d6j5m4zroi4ugf78rcecb18/> Acesso em: 11 ago. 2020.

BIROCHI, Renê. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: UFSC, 2017.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei 9394/96. Brasília: 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm > Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957. Brasília: 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13268.htm Acesso em: 04 jun. 2021a.

BRASIL. Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964. Brasília: 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14324.htm Acesso em: 04 jun. 2021b.

BUERGER, Jorge Luiz. **Os municípios pequenos nas conferências de políticas públicas: um estudo sobre a representação de quatro municípios catarinenses em etapas estaduais e nacionais**. Dissertação (mestrado). Florianópolis: UFSC, 2012.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CAMPOS, T. C.; VÉRAS, R. M.; ARAÚJO, T. M. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. **Docência do Ensino Superior**, V. 10, p. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/15193/16327> Acesso em: 22 abr. 2020.

CARLOTTO, M. S. et al. Prevalência de afastamento por transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho em professores. **PSI UNISC**, v. 3, nº 1, jan./jun. 2019, p. 19-32. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/12464> Acesso em: 04 jun. 2020

CFM – Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1658/2002. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/AC/2009/6_2009.pdf Acesso em: 04 jun. 2021.

CFM – Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.819/2007. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/resolucao-conselho-federal-medicina.pdf> Acesso em: 04 jun. 2021a.

CFM – Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.851/2008. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2008/1851> Acesso em: 04 jun. 2021b.

CORREA, C. S.; SANTOS, L. M. O olhar dos professores sobre as avaliações externas e seus impactos nas práticas pedagógicas. **Revista Educação Pública**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/21/o-olhar-dos-professores-sobre-as-avaliaes-externas-e-seus-impactos-nas-prticas-pedaggicas> Acesso em: 10 abr. 2021.

CUNHA, J. B.; BLANK, V. L.G.; BOING, A. F. Tendência temporal de afastamento do trabalho de servidores públicos (1995-2005). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 12, 0. 2, p. 226-236, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v12n2/12.pdf> Acesso em: 09 jun. 2020.

DELCHIARO, Eliana Chiavone. Gestão escolar e absenteísmo docente: diferentes olhares e diversas práticas. Validação de uma experiência na rede municipal de São Paulo. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10164/1/Eliana%20Chiavone%20Delchiaro.pdf> Acesso em: 03 jun. 2021.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A educação e a Covid-19. In.: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 545-554, jul./set. 2020 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mjDxhf8YGdk84VfPmRSxzc/?lang=pt&format=pdf>

Acesso em: 01 jun. 2021.

DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/absenteismo/absentismo> Acesso em: 12 jun. 2020.

FANIZZI, Carolini. A docência sob a hegemonia da dimensão técnica e metodológica do discurso educacional. **Educ. Soc.** v. 4, e0222675, p. 1-16, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100703&lang=pt Acesso em: 06 ago. 2020.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf> Acesso em: 26 set. 2020.

GARCIA, L. P.; BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. Investigando o *Burnout* em professores universitários. **Revista Eletrônica InterAção Psy** – ano 1, nº 1 – ago 2003. Disponível em: [file:///C:/Users/JORGE%20LUIZ%20BUERGER/Downloads/O_Estado_da_Arte_do_Burnout_no_Brasil%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/JORGE%20LUIZ%20BUERGER/Downloads/O_Estado_da_Arte_do_Burnout_no_Brasil%20(2).pdf) Acesso em: 04 jun. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

IBGE. **Censo demográfico** – Tabela 1.19: Número de municípios e população nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 1960/2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados> Acesso em: 09 ago. 2020a.

IBGE: **Cidades e Estados.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/pomerode.html> Acesso em: 26 mai. 2020b.

IBGE. **Estatísticas de Gênero.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0 Acesso em: 09 ago. 2020c.

INEP: **Censo Escolar: resultados e resumos.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/resultados-e-resumos> Acesso em: 27 mai. 2020

INEP – Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> Acesso em: 22 abr. 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O educador: qual seu papel na contemporaneidade. In: D'ÁVILA, C. M.(org.). **Ser professor na contemporaneidade. Desafios, ludicidade e protagonismo**. 2ª ed. Curitiba, PR: CRV. p. 41-51, 2012.

LUDOVICO, F. M. et al. Desafios dos docentes na linha de frente da educação. In. Interfaces científicas. Aracaju. Vol. 10. N. 1, p. 58-74. 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/download/9166/4129> Acesso em: 01 jun. 2021.

MALTA, Valéria Duarte; REIS NETO, Mário Teixeira; LEITE, Polliette Alciléia. Os efeitos do absenteísmo docente no desempenho discente: um estudo na Educação Básica pública. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/11/os-efeitos-do-absenteismo-docente-no-desempenho-discente-um-estudo-na-educacao-basica-publica> Acesso em: 03 jun. 2021.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005

MARTINS, R. J. et all. Absenteísmo por motivos odontológico e médico nos serviços público e privado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, SP, v. 30, n. 111, p. 9-15, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbso/v30n111/02.pdf> Acesso em: 08 jun. 2020.

MEDICINANET. Lista CID 10. Disponível em: <https://www.medicinanet.com.br/cid10.htm> Acesso em: 26 mai. 2021.

MELO, W. F. et all. Síndrome de *Burnout* em professores. **Revista brasileira de educação e saúde**, v. 5, nº 4, p. 01-06, out-dez, 2015. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/3651> Acesso em: 04 jun. 2020.

MOURA, Juliana da Silva, et al. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **Revista Profissão Docente**, Uberaba-MG, V.19, nº 40, p. 01-17. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1242/1421> Acesso em: 09 mai. 2020.

NEVES, R. M.; FARIA, T. J. P. O estado da questão da produção acadêmica recente sobre o urbano nas cidades pequenas: análise de teses e dissertação (2009-2018). **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria-RS, V. 24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/39124/html> Acesso em: 09 abr. 2021.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: UFG, 2011.

OLIVEIRA, José Arimatés de; MEDEIROS, Maria da Penha Machado de. **Gestão de pessoas no setor público**. Florianópolis, UFSC – CAPS:UAB, 2011.

OMS – Organização mundial da saúde. CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças. Vol. 1. São Paulo: EdUSP, 1994. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/CID_10_Classifica%C3%A7%C3%A3o_Estat%C3%ADstica_Inte.html?id=PQhs3Rx4b-8C&redir_esc=y Acesso em: 28 mai. 2021.

PENTEADO, Regina Zanella; SOUZA NETO, Samuel de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde Soc. São Paulo**. V. 28, nº 1, p. 135-153. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v28n1/1984-0470-sausoc-28-01-135.pdf> Acesso em: 24 nov. 2019.

POMERODE: Educação. Disponível em: <https://www.pomerode.sc.gov.br/escolas/1> Acesso

em: 27 mai. 2020a

POMERODE. Lei Municipal 2.819/2016. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-2819-2016-Pomerode-SC-consolidada-\[28-02-2019\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-2819-2016-Pomerode-SC-consolidada-[28-02-2019].pdf) Acesso em: 12 abr. 2021.

POMERODE. Lei Complementar 269/2014 – Estatuto do Servidor. Disponível em: <http://www.samaepomerode.com.br/upload/files/LC%20269-2014%20-%20Estatuto%20do%20Servidor.pdf> Acesso em: 11 abr. 2021a.

POMERODE. Município de Pomerode - Portal de transparência. Disponível em: <https://pomerode.atende.net/?pg=transparencia#!/grupo/4/item/23/tipo/1> Acesso em: 19 abr. 2021b.

POMERODE. Resolução 03/2018 do Conselho municipal de educação de Pomerode – Matriz curricular para as escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino de Pomerode. Disponível em: https://www.pomerode.sc.gov.br/arquivos/SED/2018/Resolucao_03_2018_Matriz_Curricular.pdf Acesso em: 31 mai. 2021c.

QEDU. **Pomerode: Ideb 2017**. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/984-pomerode/ideb?dependence=5&grade=2&edition=2017> Acesso em: 10 ago. 2020.

RODRIGUES, Celeste de Souza, et all. **Absenteísmo-doença segundo autorrelato de servidores públicos municipais em Belo Horizonte**. R. Bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 30, Sup., p. 135-154, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982013000400009&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em; 07 ago. 2020.

SEBRAE/SC. **Santa Catarina em números: Pomerode**. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/1534/arquivos/1031050_Relatorio_Municipal_Pomero de.pdf Acesso em: 10 nov. 2018

SILVA, Antônio João Hocayen da. Metodologia de pesquisa: conceitos gerais. Paraná: Unicentro. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/841> Acesso em 25 set. 2020

SILVA, Ricardo Francelino. As emoções e sentimentos na relação professor-aluno e sua importância para o processo de ensino e aprendizagem: contribuições da teoria de Henri Wallon. Assis: Universidade Estadual Paulista. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150708/silva_rf_me_assis_int.pdf?sequence=6&isAllowed=y Acesso em: 10 abr. 2021.

TARDIF, Maurice. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. **Educação e Sociedade**, Campinas, V. 34, n. 123, p. 551-571. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v34n123/13.pdf> Acesso em: 31 mai. 2020.

TAVARES, P. A.; CAMELO, R. S.; KASMIRSKI, P. R. A falta faz falta? Um estudo sobre o absenteísmo dos professores da rede estadual paulista de ensino e seus efeitos sobre o desempenho escolar. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000->

c501f661ab69e4d7dd363fd19713be26.pdf Acesso em: 04 jun. 2020.

TUNES, E.; TACCA, M. C. V. R.; BARTHOLO JÚNIOR, R. S. O professor e o ato de ensinar. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v35n126/a08n126.pdf> Acesso em: 10 abr. 2021.

ZAPONI, M. C.; SILVA, R. D. da. Absenteísmo docente: uma análise diagnóstica da rede estadual de ensino de Pernambuco. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/215b.pdf> Acesso em: 03 jun. 2021.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.